



Governo faz acordo para incluir Pé-de-Meia e Vale Gás no orçamento

Programa para fazer declaração do IRPF 2025 está disponível

Página 13

Setor de serviços recua 0,2% em janeiro, influenciado por transportes

Página 8

Produção de motocicletas em 2025 deve ser a maior desde 2011

A produção de motocicletas em fevereiro de 2025 foi de 176 mil unidades, o que representa um aumento de 25,8% em relação a fevereiro de 2024 e de 6,4% perante janeiro de 2025. Os dados são da Abraciclo e incluem apenas o Pólo Industrial de Manaus, que concentra a maior parte da produção do Brasil.

O setor apresenta crescimento desde que se recuperou da crise do meio da década passada, com um salto de 883 mil unidades em 2018 para uma previsão de 1,8 milhão de unidades neste ano, o terceiro maior número desde 1975.

Os anos de maior produção no setor foram 2011, com 2.136.891 de motocicletas; e 2008, com 2.140.907. As importações têm se mantido estáveis, no patamar de 250 mil unidades/ano na década, com amplo domínio chinês, acima de 90%.

As três categorias mais produzidas no primeiro bimestre e em fevereiro foram street [baixa ou média cilindrada para uso urbano], trail [utilizada tanto em vias pavimentadas e estradas de chão] e motoneta [scooters e similares]. Nos dois primeiros meses, saíram das linhas de montagem 179.677 unidades da street, o que corresponde a 52,4% do total fabricado. A produção da categoria trail atingiu 69.057 motocicletas (20,1% da produção), e a da Motoneta somou 46.000 unidades (13,4%).

Os emplacamentos também seguem em alta, com previsão de vendas na casa de 2 milhões de unidades em 2025. O setor vendeu 308 mil unidades no bimestre, 10% a mais do que no mesmo período em 2024. Foi o melhor primeiro bimestre já registrado pela entidade, com o adendo de que houve retração em vendas (-1,3%) no Sudeste, maior mercado, mas expansão no Nordeste (23,8%) e no Sul (21,4%). (Agência Brasil)

Previsão do Tempo

Sexta: Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.



Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,80
Venda: 5,80

Turismo
Compra: 5,86
Venda: 6,04

EURO

Compra: 6,30
Venda: 6,30

Congresso aprova novas regras para pagamento de emendas parlamentares



Foto/Antonio Cruz/ABR

Página 15

Moraes libera para julgamento denúncia contra Bolsonaro e outros sete

Página 15

Conab estima safra de grãos acima de 328 milhões de toneladas

Página 3

SP prorroga inscrições em capacitação de pequenos negócios para exportação

Página 2

Esporte

Itaú BBA IRONMAN 70.3 Brasília motiva a comunidade do esporte no DF

A volta de Brasília ao calendário do Circuito Itaú BBA IRONMAN 70.3 é uma das grandes novidades da principal competição de endurance do país em 2025. Afinal, a cidade, um dos berços da modalidade e que marcou a estreia do circuito em 2006, será novamente destaque após 10 anos. E volta ainda mais forte e representativa, reunindo atletas profissionais e amadores do Brasil e do exterior. A etapa de abertura do circuito será no dia 13 de abril, com largada e chegada no Pontão do Lago Sul.

Esse retorno tem movimentado a comunidade do triatlo de Brasília, com competidores de várias gerações festejando essa volta.

Página 16



Foto/Arquivo pessoal

Itaú BBA IRONMAN 70.3 Brasília

CBAt convoca 12 atletas para o Mundial Indoor de Nanjing



Almir Cunha Leite, o Almir Júnior, no Sul-Americano Indoor

A Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) convocou nesta terça-feira (11/3) a equipe que disputará o Mundial Indoor de Nanjing, na China, entre os dias 21 e 23 de mar-

ço. Foram chamados 12 atletas – quatro mulheres e oito homens. O anúncio dos convocados foi realizado por Wlamir Motta Campos, presidente do Conselho de Administração da CBAt, em

transmissão ao vivo pela TV Atletismo Brasil, canal da entidade no YouTube.

“A China já queria ter realizado esse Campeonato Mundial Indoor muitos anos atrás. Mas teve a pandemia e outros problemas. Tenho certeza que será um grande evento. A China, como sempre, faz muitos investimentos, e realiza eventos de excelência. A expectativa é muito grande e proporcional à nossa alegria de podermos, mais uma vez, levar nossos atletas para um Campeonato Mundial”, disse Wlamir.

A delegação brasileira terá uma mescla de atletas experientes – sete dos convocados estiveram nos Jogos Olímpicos de Paris, em 2024 – e caras novas, como a saltadora Regiclécia Cândido da Silva (Pinheiros-SP) e o velocista Thiago Gobatti (AFA-SP).

Página 16

Rally Barretos movimentada a Terra do Peão neste final de semana

Neste final de semana – 14 a 16 de março –, a cidade de Barretos (SP) novamente é a anfitriã do Rally Barretos que, em 2025, alcança a sua 15ª edição. Considerado um clássico do rally nacional, o evento terá base no Parque do Peão – palco da famosa Festa do Peão de Boiadeiro. E, como já é tradição, é responsável pela abertura dos campeonatos

Brasileiro de Rally Baja (CBM) e Rally Raid (CBA).

São dois dias de disputas com mais de 300 kms e, para valorizar a marca dos 15 anos de Rally Barretos, alguns trechos utilizados nas primeiras edições foram resgatados. De acordo com o diretor geral do evento, Fernando Bentivoglio, o percurso é bem diversificado.

Página 16

Copa Mitsubishi começa sua 25ª temporada no próximo sábado



Foto/Diágnosis

Promovida desde o início pelo tradicional Yacht Club de Ilhabela, no litoral paulista, a temporada começa com um número bastante considerável de competidores

O próximo dia 15 de março (sábado) promete ser bastante emblemático para o esporte à vela no Brasil. A data marca o início da 25ª temporada da Copa Mitsubishi – Circuito de Vela Oceânica, uma das mais tradicionais e disputadas da modalidade no país. A competição – que se manteve mesmo diante de muitos desafios como cenários econômicos adversos, mudanças de regras,

entre outros – completa 25 anos como o principal campeonato de vela oceânica nacional de longa duração em território nacional.

Promovida desde o início pelo tradicional Yacht Club de Ilhabela, no litoral paulista, a temporada começa com um número bastante considerável de competidores que alinharão suas embarcações em busca de um importante título. Página 16

SP prorroga inscrições em capacitação de pequenos negócios para exportação

Armored lança nova música

A banda Armored Dawn, formada em 2014 em São Paulo, é um dos destaques do heavy metal brasileiro, combinando elementos clássicos do gênero com uma abordagem moderna. Com álbuns como Viking Zombie e Barbarians in Black, o grupo tem recebido reconhecimento da crítica e do público. No dia 14 de março, a banda lança sua nova música, Cuantas Noches, reafirmando sua habilidade em criar melodias marcantes e letras inten-

sas. Conhecida por performances energéticas e uma forte presença de palco, o Armored Dawn tem se consolidado em festivais de metal e turnês internacionais. A revista especializada Metal Hammer, voltada ao público que aprecia o heavy metal, destacou o grupo como “uma força a ser reconhecida no cenário do metal”. Agora você ouve Cuantas Noches, o novo lançamento do Armored Dawn. Siga @armoreddawn para mais novidades.

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Enquanto o Putinismo, o Xiismo e o Trumpismo tentam dominar o mundo, partidos e vereadores(as) dominam as comissões permanentes mais importantes. Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento, Saúde, Educação; Trânsito ... etc.

PREFEITURA (São Paulo)

Enquanto o Putinismo, o Xiismo e o Trumpismo tentam dominar o mundo, partidos [que atuaram na reeleição 2024 do prefeito Ricardo Nunes (MDB) dominam algumas Secretarias, subprefeituras e demais órgãos na prefeitura paulistana

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Enquanto o Putinismo, o Xiismo, o Trumpismo tentam dominar o mundo, partidos que atuaram na eleição 2022 do governador Tarcísio (Republicanos) dominam a mesa diretora. Exceto o PT, seguirão dominando na reeleição [15 de março de 2025]

GOVERNO (São Paulo)

Enquanto o Putinismo, o Xiismo e o Trumpismo tentam dominar o mundo, partidos que atuaram diretamente na eleição 2022 do hoje governador Tarcísio (Republicanos) dominam algumas Secretarias e demais órgãos no governo paulista

CONGRESSO (Brasil)

Enquanto o Putinismo, o Xiismo e o Trumpismo tentam dominar o mundo, deputados e senadores [em coalizão] ainda ‘apoiam’ o 3º governo do presidente Lula (PT); dominando Câmara Deputados, Senado e alguns Ministérios / órgãos

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Enquanto o Putinismo, o Xiismo e o Trumpismo tentam dominar o mundo, o presidente Lula (ainda dono do PT) segue reavaliando e redistribuindo ministérios e demais órgãos do seu 3º governo [entre o seu PT, ‘esquerdas’ e até ‘direitas’]

PARTIDOS (Brasil)

Enquanto o Putinismo, o Xiismo e o Trumpismo tentam dominar o mundo, Costa Neto (dono do PL) segue mandando na sua legenda. Ele voltou a não precisar de intermediários pra falar com seu sócio preferencial [ex-presidente Bolsonaro]

JUSTIÇAS (Brasil)

Enquanto o Putinismo, o Xiismo e o Trumpismo tentam dominar o mundo, Alexandre Moraes [nomeado ao Supremo pelo então presidente Temer - MDB], segue ensinando Direito Constitucional [e penal] até pra quem foi seu professor

ANO 33

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “E formou o Senhor Deus o homem do pó da terra, e soprou em suas narinas o fôlego de vida; e o homem se tornou alma vivente” Gênesis 2:7

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SDE) vai capacitar 150 micro, pequenas e médias empresas, além de startups e produtores rurais interessados em exportar produtos e serviços. Executado pela InvestSP, agência de promoção de investimentos vinculada à SDE, o Exporta SP (Programa Paulista de Capacitação para Exportação) prorroga as inscrições para a turma do 1º semestre para até 21 de março. Empreendedores de qualquer região do Estado e de qualquer setor podem se cadastrar pelo site da InvestSP.

Com a nova turma, o Exporta SP vai superar a marca de 1,3 mil empresas capacitadas desde a criação do programa. Ao longo

de quatro meses, os empreendedores participam de 20 aulas coletivas com representantes da InvestSP e da Fundação Instituto de Administração (FIA). A qualificação é gratuita.

O treinamento é 100% online e, após os quatro meses de capacitação, os empreendedores também são acompanhados por especialistas por até dois anos.

Entre os objetivos do programa está aumentar a competitividade, o faturamento e a segurança das pequenas empresas, que, ao acessarem o mercado internacional, passam a desenvolver novas habilidades e ampliam suas fontes de receita.

Além das 20 aulas com representantes da InvestSP e da FIA, o Exporta SP conta com mentori-

as individuais: momentos nos quais o pequeno empresário pode debater as necessidades e as características específicas de cada negócio com um especialista. A capacitação aborda os temas que mais desafiam os empreendedores no processo de internacionalização de seus produtos e serviços, como: definição de preços, inteligência comercial, marketing, contratos internacionais, logística e vendas.

Mais de 40% das empresas brasileiras que exportam – quase 13 mil – ficam no estado de São Paulo, apontam dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Governo Federal. E a estimativa da InvestSP é de que três de cada quatro são de micro, pequeno e médio porte. “Ao investir na

capacitação empreendedora, queremos incentivar os pequenos negócios a buscar novos mercados e mover a alavanca do desenvolvimento que gera renda e emprego, forte diretriz do governador Tarcísio de Freitas”, afirma o secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado, Jorge Lima.

Já o presidente da InvestSP, Rui Gomes, destaca que: “os pequenos negócios são responsáveis por mais da metade dos empregos gerados no Brasil, além de representarem quase metade das empresas exportadoras. Capacitar, abrir novos mercados e apoiar esses empreendedores está diretamente ligado à missão da InvestSP de gerar desenvolvimento, emprego e renda em São Paulo”. (Governo de SP)

Justiça anula leilões para gestão privada de escolas estaduais

O juiz Luiz Manuel Fonseca Pires, da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, reconheceu como ilegais os dois leilões que foram realizados no ano passado para conceder a gestão das atividades escolares estaduais para a iniciativa privada. Com isso, os dois leilões foram anulados.

“Ante o exposto, julgo procedente o pedido para reconhecer a ilegalidade da concessão à iniciativa privada da gestão de atividades desenvolvidas nas escolas públicas do Estado de São Paulo e decretar a invalidade dos leilões realizados em 29 de outubro e 4 de novembro de 2024”, escreveu o juiz.

A ação foi proposta pelo Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp), que celebrou a decisão judicial. “A Apeoesp conquistou mais uma vitória na justiça contra o programa de privatização de escolas estaduais de Tarcísio de Freitas e Renato Feder secretário estadual da Educação. O juiz Luís Manuel Fonseca Pires, da 3ª Vara da Fazenda Pública, deu sentença de mérito em Ação Civil Públi-

ca da Apeoesp, que suspende os efeitos dos leilões de 33 escolas realizadas na Bolsa de Valores de São Paulo”, diz o sindicato em uma publicação em seu site.

A Parceira Pública Privada (PPP) de Novas Escolas, proposta pelo governo de Tarcísio de Freitas, previa que 33 unidades de ensino estaduais fossem construídas e geridas administrativamente pela iniciativa privada, que seria responsável por serviços como limpeza, manutenção, alimentação, vigilância e internet, por exemplo. O objetivo desse projeto, afirma o governo, é melhorar e modernizar a infraestrutura das escolas da rede estadual, para garantir mais tempo para gestores e professores se dedicarem às atividades pedagógicas de ensino.

Para o juiz, no entanto, não seria possível “dissociar o espaço físico da escola da atividade pedagógica”.

“A licitação e a pretensão de concessão a particular da gestão de escolas públicas comprometem o serviço público de educação porque pressupõem equivocadamente ser possível dissoci-

ar o espaço físico da atividade pedagógica. Incorre-se em erro de compreensão sobre os múltiplos sentidos da pedagogia ao se sustentar alguma imaginária independência da estrutura física em relação ao projeto educacional, propõe-se uma artificial divisão entre a gestão do espaço físico escolar e a atividade desenvolvida em sala de aula. O risco dessa política pública, vale repetir, é o comprometimento da autonomia pedagógica por afetar diretamente a gestão democrática”, escreveu o juiz.

Os leilões

O primeiro desses leilões, realizado em outubro do ano passado, foi vencido pelo Consórcio Novas Escolas Oeste SP, que assumiu o lote oeste. O valor oferecido foi R\$ R\$ 11.989.753,71 da contraprestação prevista de R\$ 15,2 milhões, o que resultou em um deságio de 21,43%. O edital envolvia a construção de 17 escolas, com 462 salas de aula e 17,1 mil vagas.

Já o segundo leilão, do lote leste, foi arrematado pelo Con-

sórcio SP+Escolas (). O valor oferecido foi R\$ 11.546.994,12 da contraprestação prevista de R\$ 14.901.270,00 milhões, o que resultou em um deságio de 22,51%. O grupo ficou responsável por construir 16 unidades de ensino que atenderia 17,6 mil alunos em 476 salas de aula.

Por meio de nota, a Procuradoria Geral do Estado (PGE/SP) informou ainda não ter sido intimada sobre essa decisão.

“O Estado de São Paulo defende a continuidade do projeto de parceria público-privada (PPP) Novas Escolas, impugnando decisão que interfere na execução regular da política pública de educação, e reforça que a parte pedagógica das unidades de ensino continuarão sob a gestão da Secretaria Estadual de Educação. Voltado à construção de 33 novas unidades escolares, o projeto visa atender 35 mil estudantes nos ensinos fundamental e médio. Com um investimento previsto de cerca de R\$ 2,1 bilhões, a PPP tem como objetivo melhorar e modernizar a infraestrutura das escolas da rede”, escreveu o órgão. (Agência Brasil)

Defesa Civil de SP testa drone de grande porte no combate à dengue

A Defesa Civil estadual de São Paulo testou, pela primeira vez, um drone de grande porte para a pulverização de larvicidas no combate ao mosquito Aedes aegypti, vetor da dengue, na cidade de Mairiporã, região metropolitana de São Paulo.

O modelo Agram MG1P, geralmente usado para pulverização agrícola, foi testado em residências com pontos de proliferação do mosquito, como piscinas sujas, locais de acúmulo de lixo, caixas d’água abertas, e em áreas que não atendem a apelos dos agentes de saúde.

O drone escolhido tem autonomia de voo de 15 e 20 minutos, por bateria, podendo chegar a 50 metros de altura e voar a até um quilômetro do

operador. O limite de operação durante o teste foi menor, em torno de 150 metros, uma vez que a região é urbana e há maior risco de interferência. O equipamento carrega até 10 litros de larvicida.

Embora Mairiporã tenha baixa incidência da doença (15,9/100 mil habitantes), o município tem imóveis de veraneio em áreas rurais, com terrenos grandes e dificuldade de acesso pelas equipes de saúde, segundo informou Maxwell de Souza, porta-voz da Defesa Civil do Estado de São Paulo.

O equipamento foi cedido pelo Núcleo de Tecnologia da Casa Militar após agentes de saúde tentarem contato com moradores sem sucesso. Nos

locais onde não foi possível contato foi feita uma primeira verificação com drones de observação. Em seguida, o drone foi acionado para pulverização nos imóveis.

Embora o resultado tenha sido positivo, as equipes estudam o uso de drones menores, mais acessíveis às prefeituras, para aplicação de larvicidas em pastilhas. De acordo com Souza, o governo estadual procura parceiros em órgãos públicos e privados para os testes, que podem servir de base para editais futuros.

Porém, segundo o porta-voz, mesmo que a estratégia permita acesso a áreas difíceis, a melhor estratégia contra a dengue continua sendo a pre-

venção feita pela população.

Até 75% dos criadouros do mosquito ficam dentro das casas, em áreas acessíveis somente para moradores, como caixas d’água, ralos e calhas mal vedados ou com acúmulo de resíduos, lixo acumulado em pequenos pedaços de plástico, como brinquedos ou vasilhames.

Além dos cuidados com a limpeza, é importante que a população informe sobre focos do mosquito, por meio do serviço estadual Dengue 100 ou de telefones municipais, como o 153, 156 ou 199.

Medidas preventivas como limpeza com cloro e uso de areia em pratos de vasos também podem ter impacto positivo. (Agência Brasil)

Unesp está entre as 100 melhores do mundo em quatro áreas do conhecimento

A última edição do QS World University Ranking by Subject, publicado na quarta-feira (12), aponta que a Unesp está entre as 100 melhores universidades do mundo em quatro áreas específicas do conhecimento. O levantamento também mostra uma melhoria no número de áreas elegíveis para figurar no ranking, que saltou de 26 em 2024 para 32 nesta última edição.

O ranking é produzido desde 2013 pela consultoria britânica especializada no ensino superior Quacquarelli Symonds, e avalia o desempenho das universidades tanto nas cinco grandes áreas do conhecimento, quanto em áreas específicas, que o ranking chama de subjects. Na edição deste ano, o levantamento con-

templou 55 áreas específicas (subjects) divididas nas cinco grandes áreas: Artes e Humanidades; Engenharias e Tecnologia; Ciências da Vida e Medicina; Ciências Naturais; e Ciências Sociais e Gestão.

O ranking avaliou mais de cinco mil instituições, das quais 1.747 alcançaram os requisitos mínimos para figurarem no levantamento. A classificação das instituições é feita a partir de indicadores bibliométricos somados aos resultados de pesquisas com empregadores e acadêmicos de todo o mundo. Mais informações sobre a metodologia podem ser obtidas na página do ranking, em inglês.

Quanto às áreas específicas, a Unesp registrou 4 entre as 100 melhores do mundo. O número

representa uma melhora em relação ao ano passado, quando 3 áreas figuraram no top 100. Além da Odontologia (Dentistry), 39ª colocada, integram o grupo de cem melhores Biblioteconomia (Library Management), Esporte (Sport) e Ciências Veterinárias (Veterinary Sciences).

No total, a Unesp teve 32 áreas específicas ranqueadas, uma melhora em relação à edição do ano passado do ranking, quando a Universidade teve 26. No intervalo de cinco anos, a Unesp melhorou de 17 para 32 áreas específicas ranqueadas, um aumento de quase 90% no período.

Informações detalhadas sobre o desempenho da Unesp podem ser obtidas na página do QS World University Ranking by

Subject e no material específico sobre a Unesp disponibilizado pela consultoria.

A Comissão dos Rankings da Unesp reforça que o resultado de rankings não representa um alvo para a instituição, tampouco uma visão de futuro para a Universidade. Os resultados, entretanto, são relevantes porque mostram as consequências das ações que são realizadas continuamente pela Universidade. Um dos pilares mais importantes para a universidade pública brasileira é a atuação na extensão, responsável por levar o conhecimento produzido pela academia diretamente à comunidade. Essas ações de impacto social, entretanto, ainda não são consideradas pelos rankings universitários. (Governo de SP)

Governo faz acordo para incluir Pé-de-Meia e Vale Gás no orçamento

O governo federal costurou um acordo com o relator do orçamento no Congresso Nacional para incluir os programas Pé-de-Meia e Vale Gás no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2025.

A solução encontrada inclui uma redução de R\$ 7,6 bilhões nos gastos previstos para o Bolsa Família neste ano. Com o acordo, o relator do PLOA, senador Angelo Coronel (PSD-BA), avaliou que será possível votar o orçamento na próxima quarta-feira (19).

O líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), explicou que a redução no Bolsa Família é resultado de um pente fino feito nos benefícios de famílias que, por algum motivo, recebem ou recebiam o recurso sem ter os requisitos para acessar o programa.

“A partir do pente fino feito

no ano passado, houve esse corte de R\$ 7,6 bilhões. São pessoas que não tinham direito. Ou seja, não tem nenhuma família que tenha direito ao Bolsa Família que vai ficar sem o benefício. Não há corte no programa. Há a adequação ao que já tinha sido anunciado, que era esse trabalho de pente fino”, destacou o líder.

O relator Angelo Coronel havia cobrado o Executivo para apresentar reduções de R\$ 15 bilhões em outras despesas para financiar o Pé-de-Meia e o Vale Gás, que estariam sem previsão orçamentária para este ano.

O governo então enviou um ofício à Comissão Mista do Orçamento (CMO) para fazer adequações no projeto. Ainda segundo Randolfe, foi apresentada uma lista de programas que podem sofrer reduções na previsão orçamentária de 2025.

Nessa lista constam R\$ 4,8

bilhões previstos para o Fundo de Financiamento da Educação Básica (Fundeb), referente ao financiamento à escola em tempo integral, e outros R\$ 600 milhões para a Lei Aldir Blanc, que financia o setor cultural do país. “Os R\$ 3 bilhões do Vale Gás vêm do conjunto dessas outras coisas que foram feitas”, disse Randolfe.

Além do dinheiro para o Vale Gás, que financia botijão para famílias de baixa renda, o relator cobrava uma solução para R\$ 12 bilhões que estariam faltando para o Pé-de-Meia, programa federal que paga R\$ 2 mil a estudantes de baixa renda do ensino médio não abandonarem os estudos.

Pé-de-Meia

O líder do governo explicou que há R\$ 1 bilhão previsto para o programa do Ministério da Edu-

cação (MEC) no orçamento. Randolfe acrescentou que, caso o remanejamento de despesas previsto não cubra o total do Pé-de-Meia, os valores que faltarem serão detalhados por meio do envio ao Legislativo de um projeto de lei do Congresso Nacional (PLN).

“O Tribunal de Contas da União [TCU] deu prazo ao governo de 120 dias para encaixar no orçamento todo o Pé-de-Meia. O governo está na metade desse prazo, ainda temos mais 60 dias para isso. O governo vai encaminhar posteriormente um PLN com o remanescente [dos recursos]”, completou o senador Randolfe Rodrigues.

O Pé-de-Meia vinha sendo custeado por fundos por fora do Tesouro Nacional, conforme previsto na legislação que criou o programa. Porém, o ministro do Tribunal de Contas da União

(TCU) Augusto Nardes avaliou que esse mecanismo pode configurar uma burla ao teto de gastos e exigiu ajustes na forma de financiamento do benefício, dando prazo para o governo incluir esses gastos no orçamento de 2025.

Votação do orçamento

Após se reunir com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e com a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, o relator do orçamento, Angelo Coronel, afirmou que o acordo costurado deve permitir a votação da PLOA na próxima semana.

“A equipe econômica mandou sugestões de corte em algumas rubricas [despesas], nós vamos agora analisá-las e, provavelmente, vamos seguir essas diretrizes do Poder Executivo. Qualquer corte, vamos fazer de

comum acordo com o governo para que não haja problema de descontinuidade em alguma rubrica. Mas não vejo maiores problemas e deveremos ajustar e levar a voto [o projeto orçamentário], provavelmente no início da outra semana”, destacou.

O relator se comprometeu a apresentar seu parecer para o PLOA no domingo (16). Em seguida, é aberto prazo para apresentação de emendas pelos partidos na segunda-feira (17), com previsão de votação do Orçamento de 2025 na Comissão Mista de Orçamento (CMO) na terça (18) ou quarta (19) da próxima semana.

O Orçamento de 2025 deveria ter sido votado no fim do ano passado, segundo determina a Constituição Federal. Porém, por falta de acordo, a votação da peça orçamentária foi adiada para este ano. (Agência Brasil)

Conab estima safra de grãos acima de 328 milhões de toneladas

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) divulgou, na quinta-feira (13), o sexto levantamento da safra de grãos 2024/25, que atualiza a produção nacional para 328,3 milhões de toneladas.

A atual estimativa representa uma alta de 10,3%, se comparada ao volume colhido no ciclo anterior (2023/24), com acréscimo de 30,6 milhões de toneladas de 16 grãos a serem colhidos. Se as projeções se confirmarem, será um novo recorde para a produção de grãos no Brasil.

Segundo a Conab, o resultado reflete o aumento na área plantada, estimada em 81,6 milhões de hectares, e a recuperação na produtividade média das lavouras, projetada em 4,02 toneladas por hectare.

Ao compartilhar os números, o presidente da companhia, Edegar Pretto, disse que será uma safra histórica.

“As previsões deste sexto levantamento são mais positivas

ainda do que as do quinto levantamento”, afirmou Edegar Pretto.

A soja continua a ser o principal produto cultivado na primeira safra. Na safra de 2024/25, a produção deve atingir 167,4 milhões de toneladas, com aumento de 13,3% em relação à safra passada. A área plantada de soja é de 47,45 milhões de hectares, com crescimento de 2,8%, na comparação com a última safra. Os números consolidam o Brasil na posição de liderança da produção de soja no mercado global.

O presidente da Conab lembrou o excesso de chuvas em janeiro, que provocou atrasos no plantio e tornou o início de colheita mais lento em alguns estados, mas ressaltou que a estiagem de fevereiro já possibilitou o avanço da colheita de 60,9% da área total.

“A diminuição das chuvas no Sul, especialmente no Rio Grande do Sul, que trouxe uma quebra na produção da soja [local], teve uma extraordinária recuperação nas

demaís regiões, como o Centro-oeste”, avaliou Edegar Pretto.

A produção de milho estimada pela Conab para a safra 2024/2025 é de 122,76 milhões de toneladas, crescimento de 6,1% na comparação com a última safra. A área plantada deve alcançar 21,14 milhões hectares, o que representa aumento de 0,4% em relação à última safra do cereal.

A segunda safra de milho registra 83,1% da área prevista já plantada. O índice está abaixo do registrado no último ciclo.

Pretto disse que a diminuição das chuvas “traz certa preocupação para o fim do plantio do milho” e que a Conab acompanha com atenção a situação, porque o milho é o principal componente da ração animal, fornecendo proteína para aves, suínos e bovinos.

“Ter mais milho em oferta, tanto para o nosso Brasil quanto para o exterior, é importante para a economia. O governo tem uma atenção especial para a ração

animal e também sobre o preço da carne para os consumidores.”

Também para o arroz os técnicos da Conab verificaram aumento de 6,5% na área plantada, chegando a 1,7 milhão de hectares, maior área nos últimos sete anos. As condições climáticas têm favorecido as lavouras, permitindo a recuperação de 7,3% na produtividade média, estimada em 7.063 quilos por hectare.

Mantendo-se o cenário atual, a estimativa para a produção neste levantamento passa para 12,1 milhões de toneladas. “O que é muito positivo porque [o arroz] é uma das culturas importante para o nosso consumo interno”, disse Pretto, ao explicar que a colheita deve ser superior à do mesmo período da safra passada em quase todos os principais estados produtores.

Outro item típico da culinária brasileira, o feijão, deve registrar ligeiro aumento (1,5%) na produção total na safra 2024/25, estimada em 3,29 milhões de tonela-

das. De acordo com a Conab, o resultado é influenciado principalmente pela expectativa de melhora na produtividade média das lavouras, uma vez que a área destinada ao feijão se mantém praticamente estável.

O presidente da Conab, que é vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, enfatizou que a política de apoio aos produtores da agricultura familiar tem juros mais baixos para produção de alimentos como arroz e feijão, além de outras culturas destinadas ao consumo interno. “Neste ano, estamos fazendo a colheita das boas políticas plantadas, no ano passado”, comemorou o gestor.

“A Conab acompanha, com assessoramento técnico, a montagem do próximo plano safra. Nossa recomendação é que o governo federal continue com as boas políticas de incentivos para alcançar com a mão amiga o produtor, de modo a aumentar a oferta de ali-

mentos no país e equilibrar os preços, que sejam justos aos consumidores”, disse Edegar Pretto.

No caso do algodão, a expectativa é que o aumento na área semeada, estimada em cerca de 2 milhões de hectares, resulte na produção de 3,82 milhões de toneladas de algodão em pluma, um novo recorde, se confirmado o crescimento de 3,3%, em comparação com a última safra.

Já o trigo tem expectativa de produção de 9,11 milhões de toneladas, com incremento de 15,6% em comparação com a última safra, apesar da redução de 2,1% da área plantada deste grão. Com isso, a lavoura deve alcançar a área plantada de 2,99 milhões de hectares. A Conab projeta que as condições climáticas até o fim do inverno serão favoráveis para a produção de trigo.

As informações completas do sexto boletim sobre a safra de grãos 2024/25 estão no site da Conab. (Agência Brasil)

Petrobras contribuiu com 7% da arrecadação total do país em 2024

A Petrobras foi responsável pelo pagamento de 7% de toda a arrecadação do país em 2024. O dado faz parte do relatório fiscal da companhia referente ao ano passado, divulgado na quarta-feira (12).

O documento detalha o direcionamento dos R\$ 270,3 bilhões pagos em forma de tributos e participações governamentais. O número global já tinha sido informado no fim de fevereiro e equivale à média de R\$ 1,1 bilhão por dia útil.

“Por meio de nossos pagamentos de tributos, contribuímos para gerar impactos positivos na sociedade, garantindo mais recursos para investimentos em áreas fundamentais como saúde, educação, infraestrutura e segurança”, diz mensagem no relatório assinado pela presidente da estatal, Magda Chambriard.

Os tributos pagos são direcionados à União, aos estados e municípios. As participações governamentais incluem, principalmente, royalties pela exploração de petróleo e a participação especial (PE) – uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção.

Evolução

O montante de R\$ 270,3 bilhões é 13% superior ao valor pago em 2023. No entanto, fica mais de 3% abaixo dos R\$ 279 bilhões pagos em 2022. Nos últimos 5 anos, foram pagos R\$ 1,1 trilhão. Os valores não levam em conta a inflação do período.

Tributos e participações governamentais: 2024: R\$ 270,3 bilhões; 2023: R\$ 240,2 bilhões ;

2022: R\$ 279,9 bilhões; 2021: R\$ 202,9 bilhões; 2020: R\$ 128,7 bilhões.

Tributos

Do total de dispêndios tributários e regulatórios, R\$ 102 bilhões são federais. Os principais tributos pagos à União se referem a impostos sobre o lucro (IRPJ e CSLL) e sobre o faturamento (PIS e Cofins).

Os tributos estaduais respondem pela maior fatia, R\$ 104,9 bilhões, recolhidos em forma de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Principais estados arrecadadores: São Paulo: R\$ 23,4 bilhões; Minas Gerais: R\$ 14,3 bilhões; Rio Grande do Sul: R\$ 8 bilhões; Paraná: R\$ 6,9 bilhões; Santa Catarina: R\$ 6,6 bilhões; Rio de Janeiro: R\$ 6,5 bilhões

Os municípios receberam R\$

1,40 bilhão, praticamente tudo em Imposto sobre Serviços (ISS) e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). O montante foi recolhido por 265 municípios, distribuídos em 21 estados e incluí o Distrito Federal.

A lista é liderada pela cidade de Macaé (RJ), banhada pela Baía de Campos, polo produtor de petróleo, e possui municípios onde há refinaria, caso de Paulínia (SP), Ipojuca (PE) e Duque de Caxias (RJ).

Dez municípios com maior arrecadação: Macaé (RJ): R\$ 317,5 bilhões; Cubatão (SP): R\$ 97,8 bilhões; Rio de Janeiro (RJ): R\$ 89,0 bilhões; Duque de Caxias (RJ): R\$ 89,0 bilhões; São Sebastião (SP): R\$ 82,9 bilhões; Paulínia (SP): R\$ 82,8 bilhões; Ipojuca (PE): R\$ 72,7 bilhões; Itaboraí (RJ): R\$ 40,3 bilhões; Vitória (ES): R\$ 35,8 bilhões; São João da Bar-

ra (RJ): R\$ 34,3 bilhões;

Responsabilidade tributária

A Petrobras explica que o total repassado para os governos inclui tributos retidos de terceiros, uma vez que a companhia possui o dever legal de recolhimento por toda a cadeia, na figura de responsável ou substituta tributária.

A técnica da substituição tributária busca promover uma concentração da arrecadação em poucos agentes econômicos para facilitar o recolhimento e a fiscalização.

Participações governamentais

Em 2024, a Petrobras pagou R\$ 62 bilhões em participações, sendo R\$ 38 bilhões em forma de royalties e R\$ 23,6 bilhões em participações especiais.

Esses valores são repassados

à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) que, por sua vez, distribui para União, unidades da federação e municípios. De tudo o que a agência reguladora recebeu em participações governamentais em 2024, 65% saíram da Petrobras.

Outros países

A Petrobras recolheu US\$ 206 milhões (equivalente a cerca de R\$ 1,2 trilhão) em tributos fora do Brasil no ano passado.

Veja onde a empresa mais pagou impostos fora do Brasil: Holanda: US\$ 84,31 milhões; Colômbia: US\$ 54,23 milhões; Estados Unidos: US\$ 35,13 milhões; Singapura: US\$ 20,53 milhões; Bolívia: US\$ 6,37 milhões; Argentina: US\$ 4,92 milhões; Uruguai: US\$ 340 mil; Espanha: US\$ 190 mil; Venezuela: US\$ 4 mil. (Agência Brasil)

Paraná é o 2º estado com maior proporção de jovens matriculados no ensino superior

Com 26,7% dos jovens de 18 a 24 anos no ensino superior, o Paraná é a segunda Unidade da Federação do Brasil com mais estudantes matriculados em cursos superiores. O Estado fica atrás apenas do Distrito Federal, que tem 34% dos jovens matriculados em faculdades ou universidades. Os dados são do Mapa do Ensino Superior do Brasil e foram divulgados na quinta-feira (13) pelo Instituto Simesp.

O anuário compila uma série de dados referentes a 2023, como o Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)

e informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Após o Paraná e do Distrito Federal, apenas nove estados estão acima da média nacional, de 19,9%: Santa Catarina (25,8%), Mato Grosso do Sul (25%), Tocantins (23,1%), Paraíba (22,6%), São Paulo (22,5%), Rio Grande do Sul (22,4%), Rio de Janeiro (22,3%), Mato Grosso (21,5%) e Minas Gerais (20,2%).

Em números absolutos, o Paraná tem 316.662 alunos entre 18 e 24 anos matriculados no Ensino Superior, segundo o estudo.

Ao todo, considerando todas as idades, são 687.854 estudantes em cursos superiores. O número faz do Paraná o Estado da região Sul com maior número de alunos matriculados. Rio Grande do Sul tem 588.214 estudantes e Santa Catarina tem 462.790.

De acordo com dados da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, deste total, 86.777 alunos estão matriculados em cursos de graduação de universidades estaduais, com quase 19 mil vagas ofertadas anualmente. O Paraná é, ainda, o Estado com maior número de universidades estaduais do País, com sete instituições.

“Estes números, que têm participação decisiva das nossas universidades estaduais, mostram que o Paraná é destaque no cenário nacional em várias frentes, como a formação de novos talentos. São jovens que certamente ajudarão no desenvolvimento do nosso Estado”, afirmou o secretário estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Aldo Bona.

O levantamento apontou que a maioria dos estudantes matriculados em instituições do Paraná, público ou privadas, estão vinculados a cursos de ensino à distância (EAD). São 380.915 nesta modalidade, o que repre-

senta 55,4% do total. Nos cursos presenciais, são 306.839 alunos, representando 44,6% do total.

Em relação a 2022, que é ano imediatamente anterior ao levantamento, o total de matrículas presenciais no Paraná caiu 0,2% e as matrículas EAD aumentaram 11,8%.

Em todo o Brasil, são 9.977.217 matrículas totais em cursos de Ensino Superior, segundo o levantamento. São 4.918.768 estudantes EAD e 5.058.449 alunos em cursos presenciais. No levantamento nacional, a queda anual de matrículas presenciais foi de 1% e o aumento nos alunos de ensino a

distância foi de 13,4%.

O nível de instrução da população do Paraná também avançou significativamente nos últimos 12 anos, de acordo os dados educacionais do Censo de 2022, divulgado há algumas semanas. Enquanto a proporção de pessoas com 25 anos ou mais sem instrução ou com ensino fundamental incompleto caiu de 49,15% em 2010, para 33,95% em 2022, o número de pessoas com ensino superior aumentou de 12,75% para 20,74%.

Os dados completos da pesquisa podem ser acessados no site do Mapa do Ensino Superior do Brasil. (AENPR)



Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 61.855.045/0001-32

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 11º andar, Vila Nova Conceição - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DO BRADESCO S.A. CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

endereços eletrônicos:

- a) na página do jornal "Jornal O Dia SP" na internet, no endereço eletrônico: <https://www.jornalodiassp.com.br/>; e
 b) Relações com Investidores: www.bradesco.com.br/ri.

BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2024	2023
Ativo		
Disponibilidades.....	121	19.774
Instrumentos Financeiros.....	211.050	3.083.731
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	124.501	397.999
Títulos e Valores Mobiliários.....	-	2.602.388
Outros Instrumentos Financeiros.....	86.549	83.344
Provisões para Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(1.998)	(1.998)
Outros Créditos.....	(1.998)	(1.998)
Créditos Tributários.....	891	44.158
Investimentos em Coligadas.....	20	19
Imobilizado de Uso.....	-	15.751
Intangível.....	-	70.104
Depreciações e Amortizações.....	-	(64.674)
Imobilizado de Uso.....	-	(9.480)
Intangível.....	-	(55.194)
Outros Ativos.....	12.318	1.415.617
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos.....	(162)	(162)
Total do Ativo.....	222.240	4.582.320

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

	2024	2023
Passivo		
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros.....	-	1.667.043
Recursos de Clientes.....	-	278.925
Outros Passivos Financeiros.....	-	1.388.118
Provisões.....	3.532	119.401
Outras Provisões.....	3.532	119.401
Impostos Diferidos.....	14.439	21.546
Outros Passivos.....	128.164	209.771
Total do Passivo.....	146.135	2.017.761
Patrimônio Líquido		
Capital Social.....	68.663	2.543.386
Reservas de Lucros.....	7.442	7.882
Outros Resultados Abrangentes.....	-	13.291
Total do Patrimônio Líquido.....	76.105	2.564.559
Total do Passivo e Patrimônio Líquido.....	222.240	4.582.320

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO RESUMIDA - Em Reais mil

	2º Semestre		Acumulado em 31 de dezembro	
	2024	2023	2024	2023
Receitas da Intermediação Financeira.....	6.695	27.811	391.464	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	6.695	27.811	391.464	
Despesas da Intermediação Financeira.....	-	(11)	(11)	
Operações de Empréstimos e Repasses.....	-	(11)	(11)	
Resultado da Intermediação Financeira.....	6.695	27.811	391.453	
Reversão de Provisão para Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	-	-	7	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira.....	6.695	27.811	391.460	
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....	(6.300)	(10.485)	2.808	
Receitas de Prestação de Serviços.....	-	26.971	323.684	
Despesas de Pessoal.....	(1.238)	(5.224)	(165.380)	
Outras Despesas Administrativas.....	(1.378)	(1.751)	(117.076)	
Despesas Tributárias.....	(342)	(10.141)	(49.963)	
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas.....	1	1	2	
Outras Receitas Operacionais.....	3.643	6.338	26.196	
Outras Despesas Operacionais.....	(3.794)	(21.279)	(16.210)	
Provisão fiscal, Cível, trabalhista e outras.....	(3.192)	(5.400)	1.555	
Resultado Operacional.....	395	17.326	394.268	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro.....	395	17.326	394.268	
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(262)	(17.766)	(97.192)	
Lucro Líquido.....	133	(440)	297.076	
Lucro básico por lote de mil ações em R\$.....	0,14	(0,45)	305,77	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE RESUMIDA - Em Reais mil

	2º Semestre		Acumulado em 31 de dezembro	
	2024	2023	2024	2023
Lucro Líquido do Período.....	133	(440)	297.076	
Outros Resultados Abrangentes.....	-	(13.291)	3.737	
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda.....	-	(13.291)	3.737	
- Próprios.....	-	(22.152)	6.228	
- Efeito dos Impostos.....	-	8.861	(2.491)	
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro/(Prejuízo) Líquido.....	-	(13.291)	3.737	
Resultado Abrangente do Período.....	133	(13.731)	300.813	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (Bradesco Corretora ou Instituição) tem como objetivo principal, intermediar operações com ações e contratos futuros negociadas na B3 e títulos públicos e privados registrados na SELIC e CETIP. É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) advindas da Resolução BCB nº 2/20 incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros e provisões cíveis, fiscais e trabalhistas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2023, foi aprovada a cisão parcial do Patrimônio Líquido da Bradesco Corretora, parcela cindida para a Ágora CTVM S.A., conforme firmado no "Instrumento de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial". A cisão ocorreu em 30 de abril de 2024, utilizando como base os Balanços Patrimoniais específicos levantados em 31 de dezembro de 2023 pelas sociedades envolvidas. Demonstramos abaixo os ativos e passivos cindidos da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, que foram incorporados a Ágora CTVM S.A. com data base de 31 de dezembro de 2023.

	R\$ mil
Ativo	
Disponibilidades.....	19.774
Instrumentos financeiros.....	2.850.969
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	299.500
Títulos e valores mobiliários.....	2.551.444
Outros instrumentos financeiros.....	25
Créditos tributários.....	41.087
Imobilizado de uso.....	15.751
Intangível.....	70.104
Depreciações e amortizações.....	(64.674)
Imobilizado de uso.....	(9.480)
Intangível.....	(55.194)
Outros ativos.....	1.402.877
Total do ativo.....	4.335.888

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Apresentamos as informações relativas a títulos e valores mobiliários:

a) Composição da carteira por emissor

Títulos	2024				2023					
	1 a 30 dias		31 a 180 dias		Acima de 360 dias		Valor de mercado/contábil		Valor de custo atualizado	
	Até 90 dias	Total	Até 90 dias	Total	Até 90 dias	Total	Até 90 dias	Total	Até 90 dias	Total
Títulos públicos.....	-	-	-	-	-	-	2.023.789	5.312	-	-
Letras financeiras do tesouro.....	-	-	-	-	-	-	2.022.671	4.194	-	-
Outros.....	-	-	-	-	-	-	1.118	1.118	-	-
Títulos privados.....	-	-	-	-	-	-	578.599	16.841	-	-
Cotas de Fundos de investimento (1).....	-	-	-	-	-	-	527.655	-	-	-
Outros.....	-	-	-	-	-	-	50.944	16.841	-	-
Total geral.....	-	-	-	-	-	-	2.602.388	22.152	-	-

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimentos, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	R\$ mil			
	2º Semestre		Acumulado em 31 de dezembro	
	2024	2023	2024	2023
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez.....	6.695	8.438	55.080	
Rendas com títulos e valores mobiliários.....	-	19.373	336.384	
Total.....	6.695	27.811	391.464	

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Corretora não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

6) OUTROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
	Negociação e intermediação de valores.....	-
Pagamentos a ressarcir.....	7123	7.091
Outros valores e bens.....	-	5.559
Títulos e créditos a receber (1).....	1.998	1.998
Tributos a recuperar.....	420	1.529
Direitos creditórios.....	2.101	2.061
Outros.....	676	3.047
Total.....	12.318	1.415.617

(1) A provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa dos Títulos e créditos a receber, está apresentada na linha de "Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito" do Balanço Patrimonial, no montante de R\$ 1.998 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 1.998 mil).

7) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Recursos de clientes

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
	Recursos disponíveis de clientes.....	-
Total.....	-	278.925

b) Outros passivos financeiros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
	Negociação e intermediação de valores.....	-
Total.....	-	1.388.118

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 68.663 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 2.543.386 mil), está representado por 971.561.866 (em 31 de dezembro de 2023 - 971.561.866) ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 19 de janeiro de 2024, o Bacen, aprovou a cisão parcial do Patrimônio Líquido da Bradesco Corretora para a Ágora CTVM. Esta operação ocorreu em 30 de abril de 2024. A cisão, visa promover a reorganização societária, objetivando a segregação e transferência de operações estratégicas, anteriormente registrados nesta Sociedade, com o remanejamento desses para a Ágora CTVM.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDA - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	1.087.950	89.242	1.226.930	9.554	-	2.413.676
Aumento de Capital com Reservas.....	1.455.436	(96.272)	(1.359.164)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	3.737	-	3.737
Lucro/(Prejuízo) Líquido.....	-	-	-	-	297.076	297.076
Destinações: - Reservas.....	-	14.854	132.292	-	(147.146)	-
- Dividendos.....	-	-	-	-	(149.930)	(149.930)
Saldos em 31 de dezembro de 2023.....	2.543.386	7.824	58	13.291	-	2.564.559
Redução de Capital por Cisão.....	(2.474.723)	-	-	-	-	(2.474.723)
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(13.291)	-	(13.291)
Lucro/(Prejuízo) Líquido.....	-	-	-	-	(440)	(440)
Destinações: - Reservas.....	-	(382)	(58)	-	440	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	68.663	7.442	-	-	-	76.105
Saldos em 30 de junho de 2024.....	68.663	7.309	-	-	-	75.972
Lucro/(Prejuízo) Líquido.....	-	-	-	-	133	133
Destinações: - Reservas.....	-	133	-	-	(133)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	68.663	7.442	-	-	-	76.105

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA RESUMIDA - Em Reais mil

	2º Semestre		Acumulado em 31 de dezembro	
	2024	2023	2024	2023
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais.....	-	(21.130)	(293.151)	(471.92)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos.....	-	-	-	(19.845)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos.....	-	-	-	(2.306)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	-	(21.130)	(293.151)	(69.343)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	145.752	417.773	417.773	487.116
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	124.622	124.622	124.622	417.773
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(21.130)	(293.151)	(69.343)	(69.343)</

...continuação



Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 61.855.045/0001-32

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 11º andar, Vila Nova Conceição - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

e) Lucro por ação
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

	Acumulado em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Lucro/(Prejuízo) líquido atribuível aos acionistas.....	(440)	297.076
Número médio ponderado de ações.....	971.561.866	971.561.866
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações atribuível aos acionistas (R\$).....	(0,45)	305,77

f) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluítivos.

9) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil	
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2023
Corretagens de operações em bolsa.....	-	26.971
Intermediação de operações estruturadas e com ações.....	-	35.002
Outras.....	-	1.899
Total.....	-	26.971

10) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil	
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2023
Proventos.....	723	2.671
Encargos sociais.....	197	694
Benefícios.....	318	1.859
Treinamentos.....	-	207
Total.....	1.238	5.224

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil	
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2023
Serviços técnicos especializados.....	741	896
Seguros.....	326	326
Patrocínio.....	246	246
Viagens.....	-	121
Propaganda, promoções e publicidade.....	27	55
Serviços de terceiros.....	4	8
Processamento de dados.....	-	-
Depreciações e amortizações.....	-	-
Comunicações.....	-	-
Alugueis.....	-	-
Outras.....	34	99
Total.....	1.378	1.751

12) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil em 2024 foi de R\$ (440) mil, sendo todo este montante tratado como resultado recorrente.

Nosso resultado contábil em 2023 foi de R\$ 297.076 mil, sendo todo este montante tratado como resultado recorrente.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução BCB nº 352/23, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025
Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

(i) Classificação e mensuração - Ativos Financeiros

A Resolução BCB nº 352/23 traz um novo tratamento para classificação e mensuração de ativos financeiros, no qual a entidade deve fundamentar no modelo de negócio que reflete como a Organização gerencia os seus ativos, com o objetivo de gerar fluxos de caixa e o Teste SPPI, que avaliará as características dos fluxos de caixa e orientará na classificação dos ativos financeiros.

Os ativos financeiros serão classificados em uma das três categorias de mensuração descritas a seguir:

- Custo amortizado: Ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento do principal e juros em datas especificadas. Estes ativos são ajustados por qualquer expectativa de perda de crédito;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais para venda, os quais representam somente o pagamento de principal e juros. Alterações no valor justo destes ativos são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento de *impairment*, receita de juros, dividendos e variação cambial que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício (exceto variação cambial relativa a instrumentos patrimoniais nos quais a instituição tenha utilizado a Faculdade prevista no artigo nº 6 da Resolução BCB nº 352/23); e
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): Ativos financeiros que não atendem aos critérios para serem mensurados ao custo amortizado ou VJORA e demais ativos para negociação ou geridos na base do valor justo.

No reconhecimento inicial de instrumentos patrimoniais de outra entidade, não houve designação na categoria valor justo em outros resultados abrangentes. Adicionalmente, no reconhecimento inicial de ativos financeiros, também não houve a designação na categoria valor justo no resultado, com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente inconsistência de mensuração ou de reconhecimento contábil que possa ocorrer em decorrência da mensuração em bases diferentes de ativos ou passivos, cuja avaliação conjunta faça parte de estratégia já existente no reconhecimento inicial, ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos.

(ii) Provisão para perda

Em relação à provisão para perdas de crédito da Resolução BCB nº 352/23, estabelecem critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros, às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua.

O novo modelo de perdas esperadas se aplica aos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais). O novo modelo de perdas esperadas também é aplicável a ativos financeiros mensurados a VJR no nível 1 da hierarquia de valor justo que sejam títulos privados ou operações com característica de concessão de crédito.

No modelo prospectivo de perdas esperadas os ativos financeiros são divididos em três estágios:

- Estágio 1: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 (doze) meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 (doze) meses;
- Estágio 2: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro; e
- Estágio 3: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

A Resolução BCB nº 352/23 define que:

- Os passivos financeiros devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto caso sejam:
 - I - Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
 - II - Passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
 - III - Passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro, que devem ser mensurados e reconhecidos conforme os critérios de baixa e da transferência de passivos financeiros;
 - IV - Compromissos de crédito e créditos a liberar, que devem ser reconhecidos e mensurados considerando os seus respectivos aspectos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
 - V - Garantias financeiras prestadas, que, após o reconhecimento inicial, devem ser mensuradas pelo maior valor entre:
 - a) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
 - b) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

(iv) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução BCB nº 352/23 foram aplicadas prospectivamente na data de aplicação inicial:

- A Organização optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025. A Administração avaliou e concluiu que não houve impactos pela adoção dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23.
- **C) Eventos subsequentes**
Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

Marcio Gregorio Neves Chervinski - Contador - CRC 1SP349614/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras estão disponíveis também no seguinte endereço eletrônico:

Relações com Investidores: www.bradesco.com.br/ri

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 13 de março de 2025, sem ressalvas.

FRAZÃO LEILÃO DE IMÓVEIS

28/03/2025
6ª feira - às 11h00

Online e Presencial

O leilão já está aberto na internet para receber lances. Condomínio e IPTU quitados pelo ITAÚ até o dia do leilão.

CASAS * APARTAMENTOS * TERRENOS.

LOTE 001 - PORTO ALEGRE/RS - MORRO SANTANA - APARTAMENTO - Av. Protasio Alves, 9.277, apto. 207 e vaga de garagem 105,3 Bloco 03, do Condomínio Residencial Porto Valência. Lance mínimo R\$ 140.600,00 * **LOTE 002 - ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS/GO - ROYAL PARQUE - R. 12, Lote 5-B da Quadra 8-C, Casa 1 - Condomínio Independente Redutor III -** Lance mínimo R\$ 91.600,00 * **LOTE 003 - PADRE BERNARDO/GO - OURO VERDE - CASA - R. 13, QD26 LT20 -** Lance mínimo R\$ 80.300,00 * **LOTE 004 - PRAIA GRANDE/SP - NOVA MIRIM - CASA TERREA - R. 1º de Maio, 190 -** Lote 03 da Quadra 16, Lance mínimo R\$ 185.100,00 * **LOTE 005 - SÃO PAULO/SP - VILA FORMOSA -** Apartamento - R. Visconde de Balsemão, 191, apto 9º 53, 5º andar, da Torre C - Edifício Veneto, do Condomínio Villaggio Di Anália Franca, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 301.400,00 * **LOTE 006 - EXTREMOZ/RN - REDINHA NOVA - CASA - R. Barra do Rio, 1132, Lote 10 da Quadra 45, Deolindo Lima. Lance mínimo R\$ 154.500,00. * **LOTE 007 - GUARULHOS/SP - JARDIM PARAVENTI - CASA - Av. Doutor Renato de Andrade Maia, 1250 (antigo nº1280), casa 60 no Condomínio Villaggio Bologna. Lance mínimo R\$ 568.800,00 * **LOTE 008 - PRAIA GRANDE/SP - VILA ANCHIETA - CASA - Av. Luzia Encarnação Vidal, 129 -** lote 01, quadra 19, Lance mínimo R\$ 794.000,00 * **LOTE 009 -** com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 173.200,00 * **LOTE 009 - SUZANO/SP - VILA COLORADO - CASA - R. 1º de Março, 310 -** Lance mínimo R\$ 225.700,00. * **LOTE 010 - NITERÓI/RJ - ITAIPI - CASA - Av. Prefeito Altino Mendes Linares, 827, casa 02, acesso pela R. Adalgisa Monteiro. Lance mínimo R\$ 603.000,00 * **LOTE 011 - CURITIBA/PR - NOVO MUNDO - CASA - Rua Theophilus Mansur, 814 -** Lance mínimo R\$ 766.900,00 * **LOTE 012 - LEOPOLDINA/MG - BELA VISTA - CASA ASSOBRADADA - R. João Teixeira de Moura Guimarães, 17, casa 10 do 2º pavimento - Bloco 03, Condomínio Edílio. Lance mínimo R\$ 94.800,00 * **LOTE 013 - PONTALINA/GO - CENTRO - CASA - R. Rio Grande do Sul, 790, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 255.700,00 * **LOTE 014 - MARIÁLIA/SP - PALMITAL - CASA - R. Henrique Dias, 526. Lance mínimo R\$ 220.600,00 * **LOTE 015 - PARNAIABA/PI - SÃO JUDAS TADEU - CASA - R. Maria Celeste de Jesus, 265 -** Lote 04 da Quadra 10 do Residencial Parque Ville Jacarandá, acesso pela Av. Jacarandá, s/n, lote 01, quadra 19, Lance mínimo R\$ 194.000,00 * **LOTE 016 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO - JARDIM CRISTAL - CASA - R. J-08, lote 11 da quadra 10 do Residencial Parque Ville Jacarandá, acesso pela Av. Jacarandá, s/n, lote 01, quadra 19, Lance mínimo R\$ 194.000,00 * **LOTE 017 - MONTES CLAROS/MG - ALTO SÃO JOÃO - CASA - R. Maria Idalina, 138 -** Lance mínimo R\$ 159.600,00 * **LOTE 018 - SOROCABA/SP - JARDIM SANTO ANDRÉ - CASA - Rua Trovador Candiní, 29 -** Lance mínimo R\$ 144.700,00 * **LOTE 019 - PORTO ALEGRE/RS - IPANEMA - CASA - R. Dionélio Machado, 27, casa nº 01 -** Lance mínimo R\$ 250.900,00 * **LOTE 020 - XAIXURÉ/MS - JARDIM REGULADOR - Casa - R. João Francisco Pallos, 300. Lance mínimo R\$ 219.400,00 * **LOTE 021 - CASCAVEL/PR - JARDIM HOLLAND - APARTAMENTO - Al. José de Oliveira Guimarães, 17, casa 1700, apto 301 no Bloco 16 do Residencial Park, United Kingdom, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 148.500,00 * **LOTE 022 - SALVADOR/BA - RIO VERMELHO - CASA - R. Jequié, 85. Lance mínimo R\$ 626.200,00 * **LOTE 023 - ARAQUAÍTO/TO - MORADA DO SOL - CASA - Av. Perimetral A, s/n, lote 172, quadra 03, setor 35. Lance mínimo R\$ 275.200,00 * **LOTE 024 - ATIBAIA/SP - ATIBAIA JARDIM - CASA - R. Sebastião Peranovich, 519, Residência com Vaga de Garagem nº 162, Bloco 01 da Quadra E - Lance mínimo R\$ 304.600,00 * **LOTE 025 - UBERLÂNDIA/MG - BALSALINA - APARTAMENTO - R. Imperatriz Leopoldina, 400, apto 402 - Bloco 02, Condomínio Imperatriz, com uma vaga de garagem nº 59. Lance mínimo R\$ 204.200,00 * **LOTE 026 - BARRA DO GARÇAS/MT - JARDIM PIRACEMA - R. Salustiano Vieira Cruz (antiga Rua 3), 101. Lance mínimo R\$ 111.600,00 * **LOTE 027 - PRESIDENTE PRUDENTE/SP - VILA LUCIA ITADA - CASA - R. José Morandi Júnior, 226 -** Lance mínimo R\$ 391.300,00 * **LOTE 028 - RIO DE JANEIRO/RJ - PIALARES - CASA - R. Franca Vidua, 181, Casa - 04 (fundaes) -** Lance mínimo R\$ 160.000,00 * **LOTE 029 - SÃO PAULO/SP - VILA DA SAÚDE - CASA - R. Eugênio Falk, 795 -** Lance mínimo R\$ 321.000,00 * **LOTE 030 - MONGAGUA/SP - BALNEÁRIO ITAGUAI - CASA - R. José Moraes de Aguiar, 901 -** Lance mínimo R\$ 221.700,00 * **LOTE 031 - BELFORD ROXO/RJ - SANTO ANTONIO DA PRATA - CASA - R. Dona Justina de Souza, 178, Casa 02 -** Lance mínimo R\$ 311.500,00 * **LOTE 032 - SOROCABA/SP - ITAUVUÍ - CASA - Av. Dr. Ulysses Guimarães, 2023 -** Lance mínimo R\$ 232.600,00 * **LOTE 033 - SÃO GONÇALO/RJ - JARDIM CATARINA - CASA - Av. Rua José Vieira, 1654 -** Lance mínimo R\$ 162.600,00 * **LOTE 034 - CASAS GRANDES/MS - JARDIM CENTENÁRIO - APARTAMENTO - R. José Carlos Silva de Almeida, 480, apto nº 13 do Bloco F Condomínio Residencial Itambé - com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 87.600,00 * **LOTE 035 - POÇOS DE CALDAS/MG - VILA CRUZ - APARTAMENTO - Av. João Pinheiro, 3313, apto 11 -** Unidade 07 do Condomínio Comercial e Residencial Tassi. Lance mínimo R\$ 188.400,00 * **LOTE 036 - RIO LARGO/AL - PREFEITO ANTONIO LINS DE SOUZA -** Estr. Otton Bezerra de Melo, (Rodovia BR 104), casa 02 do Condomínio Horizontal, lotes 5/6/7 do Quadra A - Lance mínimo R\$ 41.400,00 * **LOTE 037 - CASCAVEL/PR - CATARATAS - CASA - R. Sérgio Dourado, 237 -** Lote do Residencial Condomínio Park, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 139.500,00 * **LOTE 038 - PIUMÁ/ES - MONTE AGHÁ - APARTAMENTO - R. Muqui, 208, apto. 201 -** Edifício Nunes 02 Residencial. Lance mínimo R\$ 149.700,00 * **LOTE 039 - TUPÁ/SP - JARDIM AVALANEA - CASA - R. Francisco Gomes Pat, 215 -** Lance mínimo R\$ 112.500,00 * **LOTE 040 - MARIÁLIA/SP - JARDIM CAVALARI - APARTAMENTO - R. Maria Giraldi Cavallari, 150, apto. 303 do Bloco 05, Residencial Parque Ubatuba, com uma vaga de garagem. Lotes 05 DO PALAT - TERRENO - Rua Benedito Alves Delfino e João Ricardo, lote 01, quadra 24, Lance mínimo R\$ 150.500,00 * **LOTE 041 - SÃO PAULO/SP - ÁGUAS - CASA - R. José Petegrini Júnior, 524, lote 299, quadra 22, setor 03. Lance mínimo R\$ 365.300,00 * **LOTE 042 - APARTAMENTO - Rua Icapá, 8, apto 301 -** Lance mínimo R\$ 138.300,00 * **LOTE 043 - RIO DE JANEIRO/RJ - Recreio dos Bandeirantes - Av. Tim Maia, 7095 -** Bloco 3 - Condomínio RG Personal Residência. Lance mínimo R\$ 418.500,00 * **LOTE 046 - SÃO MIGUEL ARCANJO/SP - PORTAL CALIFORNIA - CASA - R. Vereador Geraldo Piedade, 108. Lance mínimo R\$ 166.600,00 * **LOTE 047 - SÃO PAULO/SP - MOOCA - APARTAMENTO - R. Ernesto de Castro, 235, apto 505 da Torre B - Condomínio Residência Ohta. Lance mínimo R\$ 130.200,00 * **LOTE 048 - BARRA DO GARÇAS/MT - PARQUE MARÉ AZULI, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 146.000,00 * **LOTE 049 - SANTA CRUZ DO SUL/RS - BARRIO UNIVERSITÁRIO - APARTAMENTO - Av. João Pessoa, 905, apto 102 no Edifício Residencial João Pessoa. Lance mínimo R\$ 155.900,00 * **LOTE 050 - BLUMENAU/SC - ÁGUA VERDE - APARTAMENTO -** Rua Margarida Weidlich, 56, apto 114 no Bloco 01 do Condomínio Residência das Colinas de Blumenau, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 182.800,00 * **LOTE 051 - VOLTA REDONDA/RJ - RETIRO - APARTAMENTO - R. Bismark, 151 -** Lote 049 da quadra 12, casa 01, Pontes, lote 2581, apto 205 do Condomínio Residencial Recanto do Ypê, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 231.400,00 * **LOTE 052 - RIO DE JANEIRO/RJ - BARRA DA TIJUCA - SALA COMERCIAL - Av. das Américas, 2300, Sala 119 do Bloco B - Condomínio Blue Sky - com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 143.900,00 * **LOTE 053 - LAURO DE FREITAS/BA - PORTÃO - CASA - DE CONDOMÍNIO - R. Raimundo O. Gavazza, lote 09, quadra E, Condomínio Chácara do Rio Itambé com entrada pela R. Queiroz Neto, 1179. Lance mínimo R\$ 770.500,00 * **LOTE 054 - SANTO ANTONIO DO LEVERGER/MT - CENTRO - CASA - Av. Santo Antônio, 151, 555 da quadra 09. Lance mínimo R\$ 194.600,00 * **LOTE 055 - SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP - VILA ELIQUES - APARTAMENTO - Av. Senador Fláquer, 524, apto 32 do Tipo C do Condomínio Edifício Aspen, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 191.300,00 * **LOTE 056 - APARECIDA DE GOIÂNIA/GO - VILA MARIA - R. Estuáquio Ferreira Coelho, Lote 05, Quadra 15, casa 02, no Condomínio Residência Ohta. Lance mínimo R\$ 155.300,00 * **LOTE 057 - BARRA DO GARÇAS/MT - ATLÂNTIDA SUL - CASA - R. Cabo Frio, 1253 -** Lote 07 da quadra 193, setor 393, Praia Atlântida Sul. Lance mínimo R\$ 241.000,00 * **LOTE 058 - CABO FRIO/RJ - JARDIM BALNEÁRIO VERÃO VERMELHO - Casa - Rod. Amaral Peixoto, Km 133,5, Tamoiás, casa 16 do Condomínio Red Summer, constituído pelo lote 130, quadra 420, área "A". Lance mínimo R\$ 237.600,00 * **LOTE 059 - FRANCOIA/SP - VILA HIPICA - CASA - R. Horácio Borges de Oliveira, 3010, parte do lote 08 da quadra 19, Área "A", Residencial Irineu Zanetti. Lance mínimo R\$ 209.300,00 * **LOTE 060 - ITAHAEM/SP - ÁGUAS - CASA - R. José Vicente Moreira, 47, casa B. Lance mínimo R\$ 184.500,00 * **LOTE 061 - RIO DE JANEIRO/RJ - TAQUARA - CASA - Estr. Mapaú, 260 -** Freguesia de Jacarepaguá. Lance mínimo R\$ 408.000,00 * **LOTE 062 - RIO DE JANEIRO/RJ - ENGENHO NOVO - APARTAMENTO - R. Vaz de Toledo, 651, apto 202. Lance mínimo R\$ 122.800,00 * **LOTE 063 - PLANALTINA/GO - SETOR LESTE - CASA - R. 1, lote 1, quadra 04, módulo MR-08, casa 31-A do Condomínio Residencial Gentil. Lance mínimo R\$ 81.900,00 * **LOTE 064 - RIO DE JANEIRO/RJ - ANIL - APARTAMENTO - Estr. do Engenho d'Água, 1451, apto 306 do Bloco 2 no Condomínio Liv Barra. Lance mínimo R\$ 244.900,00 * **LOTE 065 - BRUSQUE/SC - JARDIM MALUCHE - CASA - R. Bruno Maluche, 145 -** Lance mínimo R\$ 1.519.500,00 * **LOTE 066 - CALDAS NOVAS/GO - JARDIM DOS TURISTAS - APARTAMENTO - Av. das Nações, 1.645, quadra 19, lote 1R, apto 304 do Bloco B no Toulon Park Residence Resort, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 78.500,00 * **LOTE 067 - CAXIAS DO SUL/RS - MEDIANEIRA - APARTAMENTO - R. Cremona, 746, apto 48 do Bloco D, Edifício Ana Capri, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 191.300,00 * **LOTE 068 - IACANGA/SP - VALLAS ÁGUAS - CASA - R. José Petegrini Júnior, 524, lote 299, quadra 22, setor 03. Lance mínimo R\$ 365.300,00 * **LOTE 069 - SANTOS/SP - APARECIDA - APTO. - R. Frei Francisco Sampaio, 400, Apto. 303, Tipo II, Condomínio Per, Condomínio Residencial Marchal Castelo Branco. Lance mínimo R\$ 111.700,00 * **LOTE 070 - CARAGUATUBA/SP - BALNEÁRIO GOLFÍNHO - TERRENO - Al. Alfredo Carlos Rokita, s/n, Lote 21 -** Quadra R - Balneário Golfinho - Gleba I. Lance mínimo R\$ 38.700,00 * **LOTE 071 - MARINGÁ/PR - JARDIM IPANEMA - CASA - R. Eivaldo Braga, 1152. Lance mínimo R\$ 263.500,00 * **LOTE 072 - RIO DE JANEIRO/RJ - CAMPO GRANDE - APARTAMENTO - R. Nímas de Prata, 130, apto 103 no Bloco 05 do Conjunto Residencial Flamingo - com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 91.200,00 * **LOTE 073 - AQUIRAZ/CE - PARQUE DAS FLORES - CASA - R. Anajá, 389 -** terreno nº 16, parte do lote 27, quadra R, Distrito Sítio Santa Maria. Lance mínimo R\$ 149.400,00 * **LOTE 074 - ITAPERICIBA DA SERRA/SP - JARDIM EMBU MIRIM - CASA - R. Concordia, 159. Lance mínimo R\$ 502.800,00 * **LOTE 075 - PORTO ALEGRE/RS - APARECIDA - APARTAMENTO - Av. Porto Alegre, 59, apto 101 do Edifício Blumenau, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 155.300,00 * **LOTE 076 - BAYFEL/PB - COMERCIAL NORTE - CASA - R. Maria do Carmo dos Santos, 151 (Lote A-09 da quadra 12), casa 01, com apto 01 vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 59.100,00 * **LOTE 077 - VIAMÃO/RS - SANTA ISABEL - CASA - R. Barão do Belém, 1455, Vila Diamantina. Lance mínimo R\$ 235.600,00 * **LOTE 078 - SÃO PAULO/SP - VILA ALPINA - CASA - R. Barão de Itapoá, 256, casa "D", Condomínio Residencial Nárعان II, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$**

319.500,00 * **LOTE 079 - GUARULHOS/SP - VILA NOVA BONSUCESSO - SOBRADO DE USO MISTO - R. Descoberto, 53, do pelo lote 26, 27 e 28B da quadra 88. Lance mínimo R\$ 440.700,00 * **LOTE 080 - UBERLÂNDIA/MG - SANTA ROSA - APARTAMENTO - R. Leila Maria de Oliveira Rês, 455, apto. 01, Condomínio Residencial Bela Vista I -** Lance mínimo R\$ 123.500,00 * **LOTE 081 - CONTAGEM/MG - ARVOREDO - CASA - R. Oito, 52, Casa 04 e 01 vaga de garagem do Residencial Kamilla. Lance mínimo R\$ 277.400,00 * **LOTE 082 - TANGIÁ/RJ - CIDADE SATÉLITE - CASA - R. das Cravinas (antiga 1004), da Quadra 13, lotes 4, 5 e 6, Cidades * **LOTE 083 - JARDIM ALGARVE - CASA - Rua Tesourinha, 98, Casa geminada 02, Jardim Algarve, Alvorada/RS. Lance mínimo R\$ 120.400,00 * **LOTE 084 - SALVADOR/BA - PAU MIUDO - CASA - Trav. 20 de Agosto, 20 (antigo 50). Lance mínimo R\$ 57.500,00 * **LOTE 085 - JI-PARANÁ/RJ - DOM BOSCO - TERRENO - R. Rio Guaporé, 1032 -** 38 da Quadra 40, setor 0102. Lance mínimo R\$ 183.800,00 * **LOTE 086 - GOIÂNIA/GO - JARDIM DOM FERNANDO I - CASA - R. Francisco Adão, Qd. 02, Lt.10. Lance mínimo R\$ 190.300,00 * **LOTE 087 - PATO BRANCO/PR - PARIZIANELLO - CASA - R. Iguazu, 1.402 -** lote 02, quadra 500, 1. Lance mínimo R\$ 205.300,00 * **LOTE 088 - DUIVE DE CAXIAS/RJ - JARDIM 25 DE AGOSTO - CASA - R. Miguel de Frias, 368, casa VI. Lance mínimo R\$ 251.400,00 * **LOTE 089 - COLOMBO/PR - JARDIM MONZA - APARTAMENTO - R. Abram Milani, 85, apto. 03 do Condomínio Residencial Monze I, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 225.700,00 * **LOTE 090 - PINDAMONHANGABA/SP - CAMPO ALEGRE - CASA - R. Eplídio Salles Duarte, 221, no Lote 179, Jardim Imperial. Lance mínimo R\$ 275.400,00 * **LOTE 091 - JACARAÍTA/PR - RESIDENCIAL JARDIM BELA VISTA - CASA - Rua Francisco Theobaldo Netto, 250. Lance mínimo R\$ 113.600,00 * **LOTE 092 - SÃO PAULO/SP - FREGUESIA DO O - APARTAMENTO - Av. Paula Ferreira, 89, apto 22, 2º andar do Edifício Marietela, Conjunto Residencial Jardim Vila Rica, com 01 vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 343.500,00 * **LOTE 093 - CAUCAIA/CE - IPARANÁ - TERRENO - Rua Paulo Sarasate, s/nº, lote 32 -** Quadra 11. Lance mínimo R\$ 45.700,00 * **LOTE 094 - CAMPO GRANDE/MS - ALVES PEREIRA - CASA - R. Armação, 164, lote 07 da Quadra 04 do Jardim Colômbi II - Lance mínimo R\$ 195.100,00 * **LOTE 095 - ALVORADA/RS - JARDIM ALGARVE - CASA - Rua Tesourinha, 98, Casa geminada 02, Jardim Algarve, Alvorada/RS. Lance mínimo R\$ 120.400,00 * **LOTE 096 - GUIABURUBA/SC - SÃO PEDRO - CASA - R. Ernesto Puhler, 56, unidade 02, Condomínio Residencial Milena Dietrich, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 129.800,00 * **LOTE 097 - RIO DE JANEIRO/RJ - PAVUNA - CASA - Rua Daniel Machado Neto, 266-B, lote 25 da quadra XVI do PA 38.82. Lance mínimo R\$ 80.700,00 * **LOTE 098 - CARLOS MANCINI/PR - CENTRO - CASA - R. Antônio das Neves Ferreira Pinto, 546, casa. Rua Francisco Aveleiro de Paiva. Lance mínimo R\$ 542.000,00 * **LOTE 099 - SÃO PAULO/SP - PARQUE SÃO PAULO - APARTAMENTO - R. das Águas Realiz, 281, apto 62, Bloco 02 no Condomínio Residencial Bem-Tê, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 201.000,00 * **LOTE 100 - NITERÓI/RJ - ITAIPI - CASA - R. Hilton Alexandre dos Santos, 136. Lance mínimo R\$ 285.200,00 * **LOTE 101 - PINDORETAMA/CE - SÍTIO RODEADORA - CASA - R. 12, nº 40, casa A, Bairro Sítio Rodeador, lote 08 e 10 da quadra 1 do Jardins de Fatima. Lance mínimo R\$ 88.700,00 * **LOTE 102 - RIO DE JANEIRO/RJ - PASSEIANGUÁ - APARTAMENTO - R. Elvira Brito, 200. Lance mínimo R\$ 227.500,00 * **LOTE 103 - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR - ROSA - R. Maria de Fátima, 155, apto 100 -** Lance mínimo R\$ 159.900,00 * **LOTE 103 - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR - ROSA - R. Maria de Fátima, 155, apto 100 -** Lance mínimo R\$ 159.900,00 * **LOTE 104 - SÃO PAULO/SP - VILA OLIVEIRA, 26, apto 34 do Condomínio Ed. Rio Nil. Lance mínimo R\$ 169.600,00 * **LOTE 104 - SANTO ANTONIO DO JARDIM ALVORADA - APARTAMENTO - R. Dr. Nelo Rosate, 165, apto 31 do Bloco 79 no Condomínio Residencial Itacurua, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 151.600,00 * **LOTE 105 - RIO DE JANEIRO/ RJ - JACAREPAGUÁ - APARTAMENTO - Estr. de Camorim, 120, apto. 301 do Bloco 12 no Condomínio Vivenda de Camorim, com uma vaga de garagem. Lance mínimo R\$ 134.900,00 * **LOTE 106**

ÁGORA

INVESTIMENTOS

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 4ª, 5ª e 11ª Andares, Vila Olímpia, São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DA ÁGORA CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) na página do jornal "Jornal O Dia SP" na internet, no endereço eletrônico: <https://www.jornalodiasp.com.br/>; e

b) Relações com Investidores: www.bradesco.com.br/ri.

BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2024	2023		2024	2023
Ativo			Passivo		
Disponibilidades.....	52.275	54.587	Instrumentos Financeiros.....	5.051.757	752.963
Instrumentos Financeiros.....	8.159.352	936.078	Outros Instrumentos Financeiros.....	5.051.757	752.963
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	1.509.505	636.768	Provisões.....	212.753	69.600
Títulos e Valores Mobiliários.....	2.899.546	148.892	Outras Provisões.....	212.753	69.600
Operações de Crédito.....	12.885	9.046	Impostos Diferidos.....	8.457	5.293
Outros Créditos.....	4.468	9.046	Outros Passivos.....	174.896	37.246
Outros Instrumentos Financeiros.....	3.725.918	128.487	Total do Passivo.....	5.447.863	865.102
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(572)	(549)	Patrimônio Líquido		
Operações de Crédito.....	(98)	(72)	Capital Social.....	2.758.464	283.741
Outros Créditos.....	(474)	(477)	Reservas de Lucros.....	428.624	188.076
Créditos Tributários.....	68.907	28.992	Outros Resultados Abrangentes.....	12.763	7.939
Imobilizado de Uso.....	40.058	34.762	Total do Patrimônio Líquido.....	3.199.851	479.756
Intangível.....	485.066	421.478			
Depreciações e Amortizações.....	(208.532)	(145.120)			
Imobilizado de Uso.....	(21.064)	(19.674)			
Intangível.....	(187.468)	(125.446)			
Outros Ativos.....	51.160	14.630			
Total do Ativo.....	8.647.714	1.344.858	Total do Passivo e Patrimônio Líquido.....	8.647.714	1.344.858

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO RESUMIDA - Em Reais mil

	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023
Receitas da Intermediação Financeira.....	233.031	432.972	92.808
Operações de Crédito.....	5.259	10.173	13.438
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	227.772	422.799	79.370
Despesas da Intermediação Financeira.....	(5)	(4)	(4)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	-	(5)	(4)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira.....	233.031	432.967	92.804
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(513)	(778)	(2.567)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira.....	232.518	432.189	90.237
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....	(53.873)	(48.937)	(44.742)
Receitas de Prestação de Serviços.....	437.256	833.200	399.269
Despesas de Pessoal.....	(208.855)	(371.267)	(187.545)
Outras Despesas Administrativas.....	(182.298)	(344.770)	(185.836)
Despesas Tributárias.....	(55.556)	(98.503)	(42.780)
Outras Receitas Operacionais.....	2.099	7.466	1.313
Outras Despesas Operacionais.....	(41.293)	(67.731)	(28.724)
Provisão Cível e Trabalhista.....	(5.226)	(7.332)	(439)
Resultado Operacional.....	178.645	383.252	45.495
Resultado Não Operacional.....	(181)	(821)	-
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro.....	178.464	382.431	45.495
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(69.363)	(139.575)	(179.009)
Lucro/(Prejuízo) Líquido.....	109.101	242.856	27.586
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações em R\$.....	1,28	2,84	1,92

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE RESUMIDA

	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período.....	109.101	242.856	27.586
Itens que podem ser Reclassificados para o Resultado.....	1.818	4.824	2.621
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro/(Prejuízo) Líquido.....	1.818	4.824	2.621
Resultado Abrangente do Período.....	110.919	247.680	30.207

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA RESUMIDA

	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais.....	848.070	1.171.541	151.248
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos.....	(269.914)	(300.854)	(75.183)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	578.156	870.425	76.065
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	983.624	691.355	615.290
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	1.561.780	1.561.780	691.355
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	578.156	870.425	76.065

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDA - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	283.741	8.846	151.905	5.318	-	449.810
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	2.621	-	2.621
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	27.586	27.586
Destinações: - Reservas.....	-	1.380	25.945	-	(27.325)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(261)	(261)
Saldos em 31 de dezembro de 2023.....	283.741	10.226	177.850	7.939	-	479.756
Aumento de Capital por Cisão.....	2.474.723	-	-	-	-	2.474.723
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	4.824	-	4.824
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	242.856	242.856
Destinações: - Reservas.....	-	12.143	228.405	-	(240.548)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(2.308)	(2.308)
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	2.758.464	22.369	406.255	12.763	-	3.199.851
Saldos em 30 de junho de 2024.....	2.758.464	16.914	303.646	10.945	-	3.089.969
Aumento de Capital por Cisão.....	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	1.818	-	1.818
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	109.101	109.101
Destinações: - Reservas.....	-	5.455	102.609	-	(108.064)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(1.037)	(1.037)
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	2.758.464	22.369	406.255	12.763	-	3.199.851

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Ágora CTVM ou Instituição) tem como objetivo principal intermediar operações de ações e contratos futuros, admitidas às negociações na B3, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros semelhantes, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades.

É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) advindas da Resolução BCB nº 2/20 incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2023, foi aprovada a cisão parcial do Patrimônio Líquido da Bradesco Corretora, parcela cindida para a Ágora CTVM S.A., conforme firmado no "Instrumento de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial". A cisão ocorreu em 30 de abril de 2024, utilizando como base os Balanços Patrimoniais específicos levantados em 31 de dezembro de 2023 pelas sociedades envolvidas. Demonstramos abaixo os ativos e passivos cindidos da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, que foram incorporados na Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. com data base de 31 de dezembro de 2023.

	R\$ mil
Ativo	
Disponibilidades.....	19.774
Instrumentos financeiros.....	2.850.969
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	299.500
Títulos e valores mobiliários.....	2.551.444
Outros instrumentos financeiros.....	25
Créditos tributários.....	41.087
Imobilizado de uso.....	15.751
Intangível.....	70.104
Depreciações e amortizações.....	(64.674)
Imobilizado de uso.....	(9.480)
Intangível.....	(55.194)
Outros ativos.....	1.402.877
Total do ativo.....	4.335.888
Passivo	
Depósitos e demais instrumentos financeiros.....	1.667.042
Recursos de clientes.....	278.925
Outros passivos financeiros.....	1.388.117
Provisões.....	111.203
Outras provisões.....	111.203
Impostos diferidos.....	8.861
Outros passivos.....	77.608
Total do passivo.....	1.864.714
Patrimônio líquido	
Capital social.....	2.474.723
Outros resultados abrangentes.....	(3.549)
Total do patrimônio líquido.....	2.471.174
Total do passivo e patrimônio líquido.....	4.335.888

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 13 de março de 2025.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação das demonstrações financeiras completas auditadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

4) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	1 a 30 dias	2024	2023
Aplicações no mercado aberto:			
Posição bancada.....	1.509.505	1.509.505	636.768
Letras do tesouro nacional.....	1.509.505	1.509.505	636.768
Total geral em 31 de dezembro de 2024.....	1.509.505	1.509.505	636.768
Total geral em 31 de dezembro de 2023.....	636.768	636.768	636.768

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023
Rendas de aplicações em operações compromissadas:			
Posição bancada.....	85.630	141.109	85.630
Total geral.....	85.630	141.109	85.630

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira por tipo e prazo de vencimento

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2024	2023
Títulos públicos	174.920	460.140	486.464	1.700.654	2.822.178	98.140
Letras financeiras do tesouro.....	-	460.140	486.464	1.699.458	2.646.062	98.030
Notas do tesouro nacional.....	-	-	-	4	4	110
Letras do tesouro nacional.....	174.920	-	-	-	174.920	-
Outros.....	-	-	-	1192	1192	-
Títulos privados	76.944	224	-	200	77.368	50.752
Cotas de fundos de investimentos.....	76.932	-	-	-	76.932	50.752
Certificado de depósito bancário.....	-	224	-	-	224	-
Outros.....	12	-	-	200	212	-
Total geral.....	251.864	460.364	486.464	1.700.854	2.899.546	148.892

b) Resultado com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	85.630	141.109	85.630
Títulos de renda fixa.....	142.809	268.380	142.809
Títulos de renda variável.....	(667)	13.310	(667)
Total.....	227.772	422.799	227.772

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

6) IMOBILIZADO DE USO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação 2024	2023
Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	10%	7.302	(889)	6.413	1.011
Sistema de segurança e comunicação.....	10%	1.642	(1.025)	617	649
Sistema de processamento de dados.....	20%	31.114	(19.150)	11.964	13.428
Total em 31 de dezembro de 2024.....		40.058	(21.064)	18.994	15.088
Total em 31 de dezembro de 2023.....		34.762	(19.674)	15.088	15.088

7) INTANGÍVEL

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa de amortização	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização 2024	2023
Sistemas de processamento de dados.....	20%	485.066	(187.468)	297.598	296.032
Total em 31 de dezembro de 2024.....		485.066	(187.468)	297.598	296.032
Total em 31 de dezembro de 2023.....		421.478	(125.446)	296.032	296.032

8) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Negociação e intermediação de valores.....	5.051.757	752.963
Total.....	5.051.757	752.963

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.758.464 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 283.741 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 85.492.379 (em 31 de dezembro de 2023 - 14.334.086) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 19 de janeiro de 2024, o Bacen, aprovou a cisão parcial do Patrimônio Líquido da Bradesco Corretora para a Ágora CTVM. Esta operação ocorreu em 30 de abril de 2024. A cisão visa promover a reorganização societária, objetivando a segregação e transferência de operações estratégicas, com o



ÁGORA
INVESTIMENTOS

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35
Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 4º, 5º e 11º Andares, Vila Olímpia, São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

11) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023
Proventos.....	54.107	120.370	67.546
Participação dos empregados nos lucros.....	70.465	106.645	49.732
Encargos sociais.....	48.499	86.537	41.088
Benefícios.....	35.034	56.732	28.781
Treinamentos.....	750	983	398
Total.....	208.855	371.267	187.545

12) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023
Processamento de dados.....	58.425	110.712	73.056
Depreciações e amortizações.....	37.363	70.912	50.142
Serviços do sistema financeiro.....	26.900	44.594	22.224
Propaganda, promoções e publicidade.....	34.827	54.341	30.144
Serviços de terceiros.....	5.443	24.623	3.391
Aluguéis.....	5.413	11.245	2.337
Serviços técnicos especializados.....	1.325	6.300	1.074
Comunicação.....	924	3.380	1.230
Manutenção e conservação de bens.....	1.371	2.243	855
Outras.....	10.307	16.420	1.383
Total.....	182.298	344.770	185.836

13) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes
De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Organização Bradesco. Nosso resultado contábil em 2024 foi de R\$ 242.856 mil, sendo todo este valor tratado como resultado recorrente. Nosso resultado contábil em 2023 foi de R\$ 27.586 mil, sendo todo este valor tratado como resultado recorrente.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros
Resolução BCB nº 178/22 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil onde as principais alterações em relação as normas anteriores para arrendatários são:
(i) Não há mais a classificação em *leasing* operacional e financeiro; e
(ii) Todas as operações de arrendamento devem ser reconhecidas como ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento e as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente. O CPC 06 (R2) será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025, de acordo com a Resolução BCB nº 178/22.
As empresas do conglomerado Bradesco optaram por utilizar a Faculdade, do parágrafo 5º, da Resolução BCB nº 178/22, de tal forma, que os saldos de estoque referentes a operações anteriores a 1º de janeiro de 2025 serão tratados como se a norma tivesse sido aplicada desde o ano de 2019 (data na qual para fins de demonstrações financeiras em IFRS a respectiva normativa de operações de arrendamentos foi adotada).
Com base nesse conceito, os efeitos da adoção inicial relacionados aos contratos de arrendamento - contratos de aluguel trouxeram impactos no montante de R\$ 11.632 mil, registrados em contrapartida da conta de lucros ou prejuízos acumulados, líquido dos efeitos tributários em 1º de janeiro de 2025.
A Companhia adotou a norma utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada, a qual não requer a divulgação de informações comparativas.
Resolução BCB nº 352/23, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025
Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substituiu entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.
(i) Classificação e mensuração - Ativos financeiros
A Resolução BCB nº 352/23 traz um novo tratamento para classificação e mensuração de ativos financeiros, no qual a entidade deve fundamentar no modelo de negócio que refita como a Organização gerencia os seus ativos, com o objetivo de gerar fluxos de caixa e o Teste SPPI, que avaliará as características dos fluxos de caixa e orientará na classificação dos ativos financeiros.
Os ativos financeiros serão classificados em uma das três categorias de mensuração descritas a seguir:
• Custo amortizado: Ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento do principal e juros em datas especificadas. Estes ativos são ajustados por qualquer expectativa de perda de crédito;
• Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais para venda, os quais representam somente o pagamento de principal e juros. Alterações no valor justo destes ativos são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento de *impairment*, receita de juros, dividendos e variação cambial que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício (exceto variação cambial relativo a instrumentos patrimoniais nos quais a instituição tenha utilizado a Faculdade prevista no artigo nº 6 da Resolução BCB nº 352/23); e
• Valor Justo por meio do Resultado (VJR): Ativos financeiros que não atendem aos critérios para serem mensurados ao custo amortizado ou VJORA e demais ativos para negociação ou geridos na base do valor justo.
No reconhecimento inicial de instrumentos patrimoniais de outra entidade, não houve designação na categoria valor justo em outros resultados abrangentes. Adicionalmente, no reconhecimento inicial de ativos financeiros, também não houve a designação na categoria valor justo no resultado, com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente inconsistência de mensuração ou de reconhecimento contábil que possa ocorrer em decorrência da mensuração em bases diferentes de ativos ou passivos, cuja avaliação conjunta faça parte de estratégia já existente no reconhecimento inicial, ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos.
(ii) Provisão para perda
Em relação à provisão para perdas de crédito da Resolução BCB nº 352/23, estabelecem critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros, às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua. O novo modelo de perdas esperadas se aplica aos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais). O novo modelo de perdas esperadas também é aplicável a ativos financeiros mensurados a VJR no nível 1 da hierarquia de valor justo que sejam títulos privados ou operações com característica de concessão de crédito.
No modelo prospectivo de perdas esperadas os ativos financeiros são divididos em três estágios:
Estágio 1: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 (doze) meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 (doze) meses;
Estágio 2: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro; e
Estágio 3: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando que o instrumento se caracterizar como um ativo com problema de recuperação de crédito.
(iii) Classificação - Passivos financeiros
A Resolução BCB nº 352/23 define que:
Os passivos financeiros devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto caso sejam:
I - Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
II - Passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
III - Passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro, que devem ser mensurados e reconhecidos conforme os critérios de baixa e da transferência de passivos financeiros;
IV - Compromissos de crédito e créditos a liberar, que devem ser reconhecidos e mensurados considerando os seus respectivos aspectos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
V - Garantias financeiras prestadas, que, após o reconhecimento inicial, devem ser mensuradas pelo maior valor entre:
a) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
b) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.
É vedada a reclassificação de passivos financeiros.
(iv) Transição
As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução BCB nº 352/23 foram aplicadas prospectivamente na data de aplicação inicial:
- A Organização optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas) nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025.
A adoção dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23 trouxe impactos no âmbito da provisão para perdas esperadas com reversão no montante de (R\$ 129 mil), registrados em contrapartida da conta de lucros ou prejuízos acumulados, líquido dos efeitos tributários em 1º de janeiro de 2025, conforme artigo nº 94 da Resolução BCB nº 352/23.
A Administração avaliou e concluiu que os impactos no resultado e nos ativos e passivos fiscais diferidos serão imateriais para o exercício de 2025.
c) Eventos subsequentes
Não houve eventos subsequentes que requeriam ajustes ou divulgações, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.
Geane Braga de Melo
Contadora - CRC 1SP273494/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras estão disponíveis também nos seguintes endereços eletrônicos:
a) na página do jornal "Jornal O DIA SP" na internet, no endereço eletrônico: <https://www.jornalodiasp.com.br>;
b) Relações com Investidores: www.bradesco.com.br/ri.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 13 de março de 2025, sem ressalvas.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0000253-40.2018.8.26.0007. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Daniel Fabretti, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ANTONIO SANTOS COSTA, Brasileiro, CPF 176.364.538-00, com endereço à Rua Severino Francoro, 117, Q. 19-A L07, Mimoso II, CEP 47850-000, Luis Eduardo Magalhães - BA que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por CGMP CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTOS S/A. Encontrando-se a executada em lugar incerto e não sabido, foi determinada sua INTIMAÇÃO dos valores bloqueados no presente autos às fls. 339/341 (R\$ 1.066,12), em nome da executada junto ao sistema SISBAJUL, para que em 05 dias se manifeste quanto ao disposto no § 3º do art. 854 do Código de Processo Civil, a contar após o prazo deste edital. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de dezembro de 2024. N - 14 e 15

RUMO MALHA PAULISTA S.A.
CNPJ/MF sob nº 02.502.844/0001-66 - NIRE nº 35.300.155.181 - Companhia Aberta Categoria "B"
Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 21.10.24
Data, Hora e Local: Aos 21.10.24, às 18h, realizada por meio de conferência telefônica, nos termos do Artigo 21, §1º do Estatuto Social da Rumo Malha Paulista S.A. **Mesa:** Daniel Rockenbach, Presidente. Fattyma Blum Gonçalves, Secretária. **Presenças:** A totalidade dos conselheiros da Companhia. **Ordem do dia:** (i) consignar a renúncia do Sr. Rafael Bergman ao cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; (ii) eleger o Sr. Guilherme Luis Bernardo Machado, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. **Deliberações:** Versão integral do ato societário disponível para acesso público no endereço eletrônico: <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/>, nos termos do art. 289 da Lei nº 6.404/76, na edição do mesmo dia desta publicação. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar. São Paulo, 21 de outubro de 2024. Fattyma Blum Gonçalves, OAB/PR 73.891, Secretária e Advogada. **JUCESP:** Certifico o registro em 26.11.24 sob nº 428.711/24-8. Protocolo 2.746.761/24-5 de 26.11.24. Marina Centurion Dardani, Secretária-Geral. N - 14 e 15

KISMET INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 44.198.747/0001-71 - NIRE 35300587812
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 03/12/2024.

1. Data, hora e local: No dia 03 de dezembro de 2024, às 15:00 horas, na sede social da KISMET INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. ("Sociedade"), na Cidade de São Paulo e Estado de São Paulo, à Avenida Europa, nº 632.
2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do § 2º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/02. 3. Mesa: Presidente: WANDERLEY VENERE BONVENTI; Secretário: MARCELO DAMAS. 4. Ordem do dia e Deliberações: As deliberações abaixo foram aprovadas pela totalidade do capital social da Sociedade: 4.1. Aprovar a alteração do Parágrafo Único Artigo Quinze do Estatuto Social da Sociedade, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Parágrafo Único. Dependêr de aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avais, fianças e outras garantias pessoais e reais em favor de terceiros, ainda que de forma contrária ao objeto social." 4.2. Autorizar a constituição de garantias fidejussórias por meio de aval ou fiança, garantias reais de cessão fiduciária de títulos e de direitos creditórios, incluindo aplicações financeiras, títulos e recebíveis, penhor mercantil ou rural, alienação fiduciária e hipoteca, sejam referidos bens integrantes de qualquer parte do ativo da Sociedade, independentemente dos valores envolvidos, para garantir as obrigações assumidas nas operações contratadas junto ao Banco BOCOM BBM S/A. pela Sociedade e/ou por quaisquer das seguintes empresas: SK FITNESS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA. (CNPJ 17.606.391/0001-95), LIF FITNESS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA GINÁSTICA LTDA. (CNPJ 34.422.580/0001-27), KW FITNESS IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ 05.013.773/0001-26 e/ou KISMET INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ 44.198.747/0001-71. 4.3. Autorizar os administradores da Sociedade a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas ou outorgar poderes para mandatários, sendo certo que a presente aprovação é válida para todos os instrumentos que venham a ser celebrados durante o período de 24 meses contados desta data, salvo para as repactuações e renegociações de operações, em relação às quais a presente aprovação terá validade por prazo indeterminado. 4.4. Declarar, em caráter irrevogável e irretratável, a inexistência de Acordo de Sócios ou qualquer outro documento, sendo certo que foram observadas todas as medidas necessárias para a autôcia da operação e das garantias a serem prestadas em favor do Banco BOCOM BBM S/A. Ficam, ainda, expressamente ratificados todos os atos já praticados junto à referida instituição financeira até a presente data. 5. Encerramento: Nada mais tratado, lavrou-se a ata e que se refere está de Reunião dos Sócios, que, após lida, foi aprovada pelos presentes. 6. Assinaturas: WANDERLEY VENERE BONVENTI; Secretário: MARCELO DAMAS. Conferir com o original lavrado no livro próprio. São Paulo, 03 de dezembro de 2024. Publicação do Arquivo JUCESP 465.036/24-7 de 11/12/2024

SEQUIOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME Nº 01.599.101/0001-93 / NIRE 35.3.0050149-7
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Informamos os senhores acionistas da Sequioia Logística e Transportes S.A. ("Companhia") sobre a convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 04 de abril de 2025, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81/22"), por meio da plataforma digital *Ten Meetings* ("Plataforma Digital") para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Assembleia"): 1. Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, mediante subscrição particular, no valor de, no mínimo, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e, no máximo, R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), com a emissão de, no mínimo, 6.250.000 (seis milhões, duzentas e cinquenta mil) ações e, no máximo, 16.250.000 (dezesseis milhões, duzentas e cinquenta mil) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 8,00 (oito reais) por ação, em observância ao Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de outubro de 2024 e ratificado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 04 de novembro de 2024 ("Aumento de Capital"). 2. Autorização para a administração da Companhia tomar as providências e praticar os atos necessários com relação à implementação das deliberações tomadas em Assembleia, bem como ratificar todos os atos tomados até esta data em relação ao Aumento de Capital, caso aprovado. **Procedimentos para participação:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81/22, e em conformidade com as instruções detalhadas no Manual e Proposta da Administração para a Assembleia divulgada pela Companhia ("Proposta da Administração"). Dessa forma, a participação do acionista somente poderá se dar via *Plataforma Digital* ou através do envio de *Boletim de Voto a Distância*. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), o acionista pode participar ou ser representado na Assembleia: (i) **se pessoa natural**, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituído financeira); (ii) **se pessoa jurídica**, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos; (iii) **se fundo de investimento**, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e, em qualquer caso, de acordo com as regras da legislação aplicável. O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação na Assembleia, deverá acessar o site da Companhia, no seguinte link: <https://assembleia.ten.com.br/142699624>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 02 de abril de 2025. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. O Conselho Fiscal poderá ser instalado na Assembleia a pedido de acionistas que representem, em conjunto ou isoladamente, pelo menos 2% (dois por cento) do capital social votante da Companhia, nos termos do artigo 161, § 2º, da Lei das S.A., e do artigo 4º, da Resolução CVM nº 70/22. Encontram-se à disposição dos acionistas no Departamento de Relações com Investidores da Companhia, na sede social da Companhia, localizada na Alameda Rio Negro, nº 500, 6º Andar, Sala 601, Alphaville, na cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06454-000, e nos websites da Companhia (<https://ri.sequioia.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia, nos termos da Lei das S.A. e da RCVM 81/22.
Barueri/SP, 14 de março de 2025.
Sequioia Logística e Transportes S.A.

RUMO MALHA CENTRAL S.A.
CNPJ/ME nº 33.572.408/0001-97 - NIRE nº 35300535936 - Companhia Aberta - Categoria B
Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 21.10.24
Data e Hora: Realizada às 17:30 do dia 21.10.24, na sede da Rumo Malha Central, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4100, São Paulo/SP. **Mesa:** Daniel Rockenbach, Presidente; Fattyma Blum Gonçalves, Secretária. **Presenças:** Os conselheiros da Companhia. **Ordem do dia:** (i) consignar a renúncia do Sr. Rafael Bergman ao cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; (ii) aprovar a eleição do Sr. Guilherme Luis Bernardo Machado, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. **Deliberações:** Versão integral do ato societário disponível para acesso público no endereço eletrônico: <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/>, nos termos do art. 289 da Lei nº 6.404/76, na edição do mesmo dia desta publicação. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. São Paulo, 21 de outubro de 2024. Fattyma Blum Gonçalves, OAB/PR 73.891, Secretária e Advogada. **JUCESP:** Certifico o registro em 25.11.24, sob o nº 427.909/24-7, Protocolo nº 2.746.922/24-1. Marina Centurion Dardani, Secretária-Geral. N - 14 e 15

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0020122-33.2020.8.26.0002. Cumprimento de sentença: 0040943-92.2019.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). VANESSA SFEIR, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) SILVANIA BATISTA DOS SANTOS, Brasileira, RG 129470, CPF 940.168.014-00, que lhe foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de Brasilairão Cocca Comércio de Bebidas e Alimentos - Ltda, objetivando ser declarada a desconsideração da personalidade jurídica da empresa R.S. Bar e Restaurante Eireli, CNPJ 28.091.800/0001-84, integrada a sócia SILVANIA BATISTA DOS SANTOS no polo passivo da presente ação. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, manifeste-se sobre o pedido, nos termos do art. 135, do Código de Processo Civil, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCCP). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. N - 14 e 15

AVISO DE LEILÃO
A Leloeira IVANA MONTENEGRO CASTELO BRANCO ROCHA, JUCEB nº 18/902440-2, fará LEILÃO PÚBLICO do imóvel abaixo:
Endereço: Rua Doutor João Vieira Neves, 378- Edf. Villa Verti, Apto. 131 - Jardim Esmeralda, São Paulo / SP - CEP: 05366-150
Metricula: nº 186890 do 18º CR/SP
Área: 136,38 m² - Ocupado
1º Leilão: 27/03/2025 - 10h - Lance Inicial: R\$ 419.913,00
2º Leilão: 28/03/2025 - 10h - Lance Inicial: R\$ 341.511,55
COMITENTE: CREDITAS SOLUÇÕES FINANCEIRAS LTDA
Edital e informações: www.patiorochaleiloes.com.br
contato@patiorochaleiloes.com.br / (75) 3626-7353
São Paulo, 14/03/2025.
Ivana Montenegro Castelo Branco Rocha
LEILOEIRA PÚBLICA OFICIAL JUCEB nº 18/902440-2

www.jornalodiasp.com.br

Setor de serviços recua 0,2% em janeiro, influenciado por transportes

O setor de serviços, que reúne atividades como telefonia, restaurantes, tecnologia da informação, hotelaria e salões de beleza, apresentou recuo de 0,2% em janeiro na comparação com dezembro de 2024. O resultado é considerado estabilidade, pois não é queda de grande magnitude, e é atribuído, principalmente, ao fraco desempenho das atividades de transportes. A Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada na quinta-feira (13) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que o setor apresentou alta de 1,6% em relação ao mesmo mês de 2024 - décima alta seguida nessa comparação. Já no acumulado de 12 meses, a expansão é de 2,9%. Comparação entre meses imediatamente anteriores: Janeiro 2025: -0,2%; Dezembro 2024: 0%; Novembro: -0,9%; Outubro: +1,1%. Na comparação de janeiro de 2025 com dezembro de 2024, três dos cinco grupos pesquisados pelo IBGE apresentaram recuo: Serviços prestados às famílias: -2,4% Informação e comunicação: 2,3% Profissionais, administrati-

gativa, por causa do peso, que corresponde a 36,40% de todos os serviços. Outros serviços: 2,3% De acordo com o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, o desempenho do setor ficou próximo da estabilidade. "Após alcançar o ápice de sua série histórica em outubro de 2024, o setor de serviços apresentou duas taxas negativas e uma estabilidade nos últimos três meses. Nesse período, acumulou perda de 1,1%, que pode ser explicada pela alta margem de comparação", analisa. Lobo acrescenta que houve "perda de ritmo", uma vez que em dezembro o acumulado de 12 meses era de 3,2%. "Lembrando que opera perto de seu nível recorde", faz a ressalva. Na passagem de dezembro para janeiro, 17 das 27 unidades da Federação tiveram resultado negativo no campo. Os extremos foram o Distrito Federal (-8,7%) e Santa Catarina (+3,4%). O recuo de 1,8% da atividade de transportes, armazenagem e correio não foi o maior nominal, mas foi a principal influência ne-

Fundo da Amazônia terá contribuição de R\$ 91 milhões da Irlanda

A Irlanda será o oitavo país a integrar o grupo de doadores do Fundo Amazônia, após a contribuição de 15 milhões de euros (o equivalente a aproximadamente R\$ 91 milhões) anunciada em São Paulo em uma reunião da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, com o ministro dos Transportes irlandês, Seán Canney. "O importante apoio da Irlanda representa um reconhecimento dos bons resultados alcançados pelo Brasil no combate ao desmatamento, e permitirá ao país avançar ainda mais nesta agenda e no enfrentamento à mudança do clima", declarou Marina. O Fundo Amazônia é uma ferramenta de financiamento para conservação, monitoramento e desenvolvimento sustentável do bioma e é constituído por contribuições não reembolsáveis. Desde que entrou em operação, no ano de 2009, já recebeu doações da Noruega, Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido, Dinamarca, Suíça e Japão. Ao longo dos anos, financiou 123 projetos com aportes que somam R\$ 3,1 bilhões. Em 2024 foram R\$ 200 milhões, impactando de forma positiva o combate ao desmatamento e outros crimes ambientais. Entre agosto de 2023 e julho

de 2024, a taxa oficial de desmatamento na Amazônia diminuiu em 30,63%, em comparação ao período anterior de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A redução no período seguinte foi maior e o superou 45% em relação a 2022. "Tudo isso faz a diferença, porque o que nós queremos é um novo ciclo de prosperidade, sobretudo no contexto de agravamento da mudança do clima", reforçou a ministra. Desde que foi constituído, o Fundo Amazônia é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No biênio 2023/2024, o fun-

do que havia sido desmobilizado na gestão anterior foi reconstituído e captou cerca de R\$ 1 bilhão em doações. Segundo o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, o aumento do grupo de doadores é um reconhecimento internacional ao empenho brasileiro na promoção do desenvolvimento sustentável. "O BNDES, como gestor do fundo, continuará trabalhando para ampliar os impactos positivos dessa iniciativa e atrair novos parceiros comprometidos com a preservação ambiental e o enfrentamento da crise climática". (Agência Brasil)



PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.

CNPJ: 24.230.275/0001-80

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 foi marcado por conquistas e avanços estratégicos para a Plano&Plano. Seguimos em um ritmo de crescimento acelerado, sempre pautado pela sustentabilidade e solidez operacional.

Nosso desempenho em 2024 foi notório, com recordes históricos em diversos indicadores. O segmento do Mercado Privado se destacou significativamente, registrando R\$ 1,3 bilhão em lançamentos no 4T24, um crescimento de 120,7% em relação ao 4T23. No acumulado do ano, os lançamentos totalizaram R\$ 3,3 bilhões, um aumento de 39,9% em comparação a 2023, reforçando nossa capacidade de expansão e inovação no setor. As vendas líquidas também atingiram patamares inéditos, alcançando um VGV de R\$ 3,4 bilhões em vendas líquidas 100% e R\$ 3,2 bilhões nos %P&P. Esses resultados refletem não apenas a força da nossa marca, mas também a confiança do mercado e de nossos clientes na qualidade e solidez dos nossos empreendimentos.

No aspecto financeiro, registramos uma Receita Líquida de R\$ 2,6 bilhões no ano, um aumento de R\$ 517,4 milhões em relação ao ano anterior, representando um crescimento de 25,0% em comparação a 2023. Ressaltamos também que, em 2024, mais uma vez conseguimos manter nossa inflação interna de custos abaixo do INCC, o que evidência a eficiência de nossa engenharia e a excelente gestão de materiais e de mão de obra.

O EBITDA ajustado atingiu R\$ 447,0 milhões, representando um crescimento de 20,6%, e o lucro líquido superou os R\$ 343,8 milhões, um avanço de 28,0% em relação ao ano anterior. Esses números reforçam nossa eficiência operacional e a capacidade de gerar valor sustentável para nossos acionistas. Seguimos também ampliando oportunidades e fortalecendo a inclusão social por meio do Programa Pode Entrar, que atingiu mais de R\$ 1,1 bilhão em contratações. Adicionalmente, no segundo semestre, marcamos nossa aceleração no Faixa 1 urbano do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), ampliando nosso impacto no setor de habitação e reafirmando nosso propósito de oferecer moradia acessível a um número ainda maior de pessoas. É preciso alta eficiência na engenharia para oferecer, de maneira rentável, apartamentos que sejam acessíveis para famílias com renda mensal de até R\$ 2.640,00. As soluções arquitetônicas e de engenharia da Plano&Plano possibilitam a Companhia atender esta faixa de forte demanda e altos VSOs.

Destacamos ainda um pagamento recorde de dividendos referentes ao ano base 2024 no valor de R\$ 200,0 milhões, ampliando nosso *payout* para 58,2%, possibilitado por nossa geração operacional de caixa de R\$ 247,9 milhões, reafirmando o compromisso com nossos acionistas. Encerramos o ano com o Landbank totalizando R\$ 27,6 bilhões em potencial de vendas, o maior da nossa história, sinalizando perspectivas ainda mais promissoras para o futuro.

Nosso patrimônio líquido %Plano&Plano encerrou o ano em R\$ 847,2 milhões, um crescimento de 37,3% em relação ao ano anterior, enquanto a rentabilidade sobre patrimônio líquido médio atingiu 47,0% nos últimos 12 meses, consolidando nossa posição entre os melhores desempenhos do setor entre as empresas de capital aberto.

Além dos excelentes resultados financeiros, consolidamos nosso compromisso com a sustentabilidade ao obtermos a certificação LEED Gold (*Leadership in Energy and Environmental Design*) para nosso escritório corporativo. Esse reconhecimento internacional reafirma nossa responsabilidade ambiental, integrando práticas sustentáveis tanto nos canteiros de obras quanto no ambiente corporativo. Outro passo essencial foi a criação do Instituto Plano&Plano, com a missão de transformar vidas por meio da educação e promover uma sociedade mais justa e equitativa.

Reforçando nosso compromisso com a transparência e governança, publicamos mais uma edição do nosso Relatório de Sustentabilidade e passamos a integrar o Índice DIVERSA da B3, consolidando nossa posição em diversidade e inclusão no mercado de capitais. Ainda nesse contexto, fortalecemos nossa estrutura financeira com a emissão de um CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) e conquistamos um marco importante com a obtenção do rating corporativo brAA+ atribuído pela Standard & Poor's (S&P).

Com uma trajetória marcada por crescimento sustentável, inovação e compromisso social, seguimos determinados a construir um futuro ainda mais sólido para nossos clientes, colaboradores e acionistas. A Administração segue confiante na ampliação das operações da Companhia, garantindo crescimento com rentabilidade e gestão eficiente de riscos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS – R\$, EXCETO OS VALORES POR AÇÃO OU QUANDO MENCIONADO DE OUTRA FORMA)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	305.574	92.573	733.767	312.182
Aplicações financeiras com restrições	4	-	-	67.704	113.228
Contas a receber	5	-	-	565.970	418.485
Imóveis a comercializar	6	-	-	760.261	844.451
Tributos a recuperar	7	3.399	7.804	3.399	10.377
Outros créditos	8	14.025	15.142	63.759	32.991
Total do ativo circulante		322.998	115.519	2.194.860	1.731.714
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	4	644	626	644	626
Contas a receber	5	-	-	261.201	151.891
Imóveis a comercializar	6	2.831	701	51.865	106.951
Tributos a recuperar	7	2.810	-	6.604	-
Partes relacionadas	9	233.845	34.128	1.354	-
Investimentos	10	1.183.603	738.592	1.756	1.061
Ativos de direito de uso	11	19.109	22.688	20.261	23.962
Imobilizado	12	26.210	13.301	26.284	13.399
Intangível	13	16.063	9.250	16.351	9.415
Total do ativo não circulante		1.485.115	819.286	386.320	307.305
Total do ativo		1.808.113	934.805	2.581.180	2.039.019

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS – R\$, EXCETO OS VALORES POR AÇÃO OU QUANDO MENCIONADO DE OUTRA FORMA)

	Notas	Reserva de capital		Reserva de lucros		Patrimônio líquido da controladora	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		Capital social	(-) Custo com transação de capital	Opções outorgadas	Reserva Legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		175.228	(6.997)	2.944	13.438	410.236	(1.254)	408.982
Reconhecimento de plano de ações	25.f	-	-	2.139	-	2.139	-	2.139
Movimentação em não controladores	-	-	-	-	-	-	21.860	21.860
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	268.554	8.361	276.915
Destinações								
Reserva legal	25.d	-	-	-	13.428	(13.428)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	25.d	-	-	-	-	(63.782)	-	(63.782)
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	36.218	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	(155.126)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		175.228	(6.997)	5.083	26.866	617.147	28.967	646.114
Reconhecimento de plano de ações	25.f	-	-	2.123	-	2.123	-	2.123
Alienação de ações em tesouraria - exercício de opções plano de ações	25.b	-	-	1.754	-	1.754	-	1.754
Ágio na alienação de ações em tesouraria	25.f	-	-	-	2.516	2.516	-	2.516
Cancelamento de ações em tesouraria	25.b	-	-	1.135	-	-	-	-
Dividendos pagos	25.d	-	-	-	-	(36.218)	-	(36.218)
Movimentação em não controladores	-	-	-	-	-	-	11.187	11.187
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	343.824	46.741	390.565
Destinações								
Reserva legal	25.d	-	-	-	8.180	(8.180)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	25.d	-	-	-	-	(83.911)	-	(83.911)
Dividendos intercalares	25.d	-	-	-	-	116.089	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	(135.644)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		175.228	(6.997)	7.206	35.046	847.235	68.411	915.646

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS – R\$, EXCETO OS VALORES POR AÇÃO OU QUANDO MENCIONADO DE OUTRA FORMA)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	26	7.212	-	2.589.397	2.072.023
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	27	-	-	(1.733.018)	(1.368.707)
Lucro bruto		7.212	-	856.379	703.316
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	28	(9.799)	(6.195)	(245.104)	(235.176)
Despesas administrativas	29	(114.989)	(83.211)	(153.959)	(118.120)
Resultado de equivalência patrimonial	10.b	478.027	370.461	(2.120)	(473)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	(1.071)	(1.740)	(7.465)	(29.014)
Total receitas (despesas) operacionais		352.168	279.315	(408.648)	(382.783)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		359.380	279.315	447.731	320.533
Receitas financeiras		49.333	13.929	76.973	36.889
Despesas financeiras		(64.889)	(24.690)	(78.357)	(32.884)
Receita (despesas) financeiras líquidas	31	(15.556)	(10.761)	(1.384)	4.005
Resultado antes da contribuição social e imposto de renda		343.824	268.554	446.347	324.538
Imposto de renda e contribuição social - corrente	22.b	-	-	(51.952)	(41.997)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	22.b	-	-	(3.830)	(5.626)
Lucro líquido do exercício		343.824	268.554	390.565	276.915
Atribuível a					
Acionistas controladores		343.824	268.554	343.824	268.554
Acionistas não controladores		-	-	46.741	8.361

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS – R\$, EXCETO OS VALORES POR AÇÃO OU QUANDO MENCIONADO DE OUTRA FORMA)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do período	343.824	268.554	390.565	276.915
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período	343.824	268.554	390.565	276.915
Atribuível a				
Acionistas controladores	343.824	268.554	343.824	268.554
Acionistas não controladores	-	-	46.741	8.361
Resultado abrangente total do período	343.824	268.554	390.565	276.915

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS – R\$, EXCETO OS VALORES POR AÇÃO OU QUANDO MENCIONADO DE OUTRA FORMA)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	343.824	268.554	446.347	324.538
Resultado antes da contribuição social e imposto de renda	343.824	268.554	446.347	324.538
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	3.913	1.572	4.029	1.708
Depreciação de estoques de vendas	-	-	11.113	12.000
Depreciação de direito e uso	2.875	2.439	3.663	3.321
Resultado de equivalência patrimonial	(478.027)	(370.461)	2.120	473
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	4.996	18.398	4.977	19.936
Encargos financeiros sobre CRI	14.781	2.146	14.781	2.146
Encargos financeiros sobre arrendamentos	1.759	1.215	2.161	1.191
Tributos diferidos sobre as receitas	-	-	7.888	11.803
Reversão (provisão) para distrato	-	-	23.930	76.681
Receita de indenização por distrato	-	-	(2.125)	(2.470)
Ajuste a valor presente em clientes	-	-	13.342	5.574
Provisão para distratos em custos	-	-	(11.165)	(49.043)
Reconhecimento de plano de ações	2.123	2.139	2.123	2.139
Provisão para perda esperada para risco de crédito	-	-	5.874	23.679
Provisões diversas	(1.641)	(1.142)	12.451	23.709
Provisão para prêmios e gratificações	9.563	1.833	9.169	2.169
Provisão para contingências	166	188	172	329
Ágio/deságio na compra de terrenos	343	(2.416)	20.764	-
Ajuste ao valor justo CRI	(26.931)	-	(26.931)	-
Ajuste ao valor justo operações de swap	26.932	-	26.932	-
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber	-	717	(295.691)	(282.712)
Imóveis a comercializar	(2.130)	1.818	556.314	(36.731)
Tributos a recuperar	1.595	(1.630)	374	(321)
Outros créditos	1.117	(6.861)	(30.767)	(7.004)
Aumento (redução) nos passivos:				
Fornecedores	(449)	3.038	25.923	(1.814)
Cretores a pagar por aquisição de imóveis	-	-	(70.296)	158.295
Obrigações sociais e tributárias	3.502	1.390	6.437	(1.908)
Adiantamentos de clientes	(3.562)	3.354	(7.513)	84.321
Outros débitos com terceiros - SCs	(2.625)	2.625	(12.488)	(18.485)
Pagamentos de contingências	-	-	(130)	(1.159)
Pagamentos dos tributos de IRPJ e CSLL	-	-	(54.025)	(37.025)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(97.966)	(71.094)	289.753	314.660
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisições e aportes de capital em investidas	(30.473)	(221.956)	(2.815)	-
Aplicações financeiras	(18)	(74)	(18)	(74)
Baixa de investimentos - venda de participação	20.000	13	-	-
Dividendos recebidos	61.820	-	-	-
Movimentação em não controladores	-	-	11.187	21.860
Aumento/redução em aplicações financeiras com restrições	-	-	45.524	(27.434)
Acrescimo/baixa do imobilizado e intangível	(23.635)	(9.215)	(34.963)	(18.308)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	27.694	(231.232)	18.915	(23.956)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(100.000)	(31.749)	(118.484)	(31.749)
Partes relacionadas	137.703	304.665	49.053	2.257
Alienação de ações em tesouraria - plano de opções	4.270	-	4.270	-
Pagamento de debêntures	-	(38.482)	-	(38.482)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(187.592)	(157.247)	(563.640)	(762.779)
Pagamento de arrendamentos	(2.651)	(1.844)	(3.713)	(2.888)
CRI	371.543	-		



continuação

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas ao custo histórico como base de valor, exceto por eventuais instrumentos financeiros mensuradas pelos seus valores justos e em reais (R\$).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas sob o pressuposto da continuidade no curso normal dos negócios. A Administração realiza avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e não identificou questões que comprometam a referida continuidade.

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas descritas na Nota Explicativa nº 10. Todas as transações, saldos, lucros não realizados, quando aplicável, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas, sendo destacada a participação dos cotistas e/ou acionistas não controladores.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta aos, ou tem direito sobre os, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir.

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado do exercício em que houve a perda de controle.

2.4. Moeda funcional

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e suas controladas.

2.5. Utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer da Administração julgamentos e estimativas e adoção de premissas, continuamente avaliadas, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, que inclui os passivos contingentes, a data base de avaliação dos contábeis.

Principais premissas relativas às fontes de incerteza na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

a) Custos orçados dos empreendimentos em construção

Compostos pelos custos incorridos e custos a incorrer para a conclusão das obras. São regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os eventuais ajustes, são refletidos nos resultados de acordo com o método contábil de apropriação mencionado na Nota Explicativa nº 3.16.

b) Provisão para contingências

No curso normal de seus negócios a Companhia e suas controladas estão sujeitas, a processos judiciais e procedimentos administrativos de fiscalização em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor. As ações de fiscalização podem resultar em um passivo para a Companhia que atenda os critérios de reconhecimento. A Administração com base na sua melhor avaliação e estimativa e suportada por seus assessores jurídicos, avalia a necessidade de reconhecimento de provisão para processos judiciais ou administrativos em que o prognóstico de perda seja avaliado como provável e que sejam mensuráveis com confiabilidade.

c) Valor Justo de Instrumentos financeiros

O valor justo é uma mensuração baseada em mercado. Se o valor justo não puder ser obtido de mercados ativos, será determinado utilizando técnicas de avaliação, que inclui o método de fluxo de caixa descontado, ou outros modelos financeiros aprovados e consistentes com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que utilizam dados baseados naqueles praticados no mercado. No entanto, certo nível de julgamento será requerido para a mensuração de valor justo, quando o referido método não se mostrar viável, o que incluirá premissas sobre os dados utilizados, entre elas, o risco de liquidez, o risco de crédito e a volatilidade. Mudanças nas premissas poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

d) Provisões para perda esperada com créditos “*pró soluto*” e para distratos

A Administração realiza análises periódicas, com o objetivo de assegurar ao processo de reconhecimento de receita a identificação de quaisquer evidências objetivas que indiquem incertezas quanto à entrada de fluxo de caixa para a Companhia, decorrentes da sua relação contratual com o cliente, assim como, permitir o ajustamento tempestivo das receitas e o ajuste ao valor recuperável dos recebíveis “*pró soluto*” A Companhia utiliza para o reconhecimento da perda esperada com créditos a abordagem simplificada, utilizada para carteiras tradicionais de contas a receber, em que o cálculo da perda utiliza uma estratificação simples de uma matriz de provisões (“aging list”) das contas a receber, aglutinando ativos financeiros com características comuns, apurando os percentuais de perda esperada sobre a base histórica da inadimplência.

e) Provisão para redução ao valor recuperável

A Companhia revisa os valores contábeis dos ativos investimentos, imobilizado e intangível para identificar evidências de perda do valor recuperável, decorrentes de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas. Incertezas sobre as premissas utilizadas podem resultar em ajustes significativos no valor contábil dos ativos.

f) Avaliação do valor realizável líquido dos imóveis a comercializar: A Companhia e suas controladas revisam, periodicamente, o valor realizável líquido dos imóveis a comercializar, para identificar evidências que sinalizem a redução dos preços de venda em decorrência de danos físicos ou obsolescência, ou pelo aumento dos custos estimados a serem incorridos para realizar a venda. A prática de reduzir o valor de custo incorrido dos imóveis a comercializar para o seu valor realizável líquido é consistente com o que estabelece a NBC TG 16 (R1) sobre a determinação do valor de custo dos estoques e o seu subsequente reconhecimento como despesa em resultado, incluindo qualquer redução ao valor realizável líquido.

g) Provisões para garantia, imposto sobre transmissão de bens imóveis – ITBI e custas de registro

Provisão para garantia
 Nos contratos de venda dos imóveis, a Companhia presta garantias para cobrir gastos com reparos ou proteções relativas a problemas técnicos de construção que possam surgir nos empreendimentos imobiliários vendidos, limitadas ao período contratual, em geral cinco anos contados a partir da entrega do empreendimento. A provisão para garantia sobre os imóveis vendidos é constituída de acordo com os termos contratuais à medida em que os custos de unidades vendidas são incorridos e calculada considerando a melhor estimativa para fazer frente a eventuais desembolsos futuros dessa natureza, que inclui a análise da base histórica de gastos incorridos.

ITBI e custas de registro

A provisão é calculada sobre uma base estimada de vendas, liquidas de distratos, para os contratos em que as controladas são responsáveis pelo ônus do ITBI e custas de registro.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa representam, substancialmente, depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais existem muitas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento.

3.2. Instrumentos financeiros não derivativos

Classificação e mensuração

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros não derivativos são classificados como subsequentemente mensurados: ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A classificação está baseada nas características dos fluxos de caixas, se estes incluem ou não somente principal e juros; e no modelo de como a Companhia gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxo de caixa. A mensuração subsequente pelo custo amortizado utiliza o método de taxa efetiva de juros.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros não derivativos são classificados como subsequentemente mensurados: ao custo amortizado, e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os passivos financeiros são classificados e mensurados inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Reconhecimento, desreconhecimento e compensação

a) Reconhecimento

Os empréstimos, recebíveis e os instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

b) Desreconhecimento

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios de titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando sua obrigação contratual expira, é retirada (por pagamento ou por contrato) ou cancelada.

c) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Instrumentos financeiros derivativos – Hedge accounting

A Companhia adota o critério de contabilização de hedge (*Hedge accounting*) para o reconhecimento de instrumentos de proteção contratados para os instrumentos financeiros de captação de recursos por meio de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI (Nota Explicativa nº 16), conforme flutua a *International Financial Reporting Standards* – IFRS 9 e a Norma Brasileira de Contabilidade NBC CT 48 – Instrumentos Financeiros, para mitigar o impacto da volatilidade no resultado decorrente do descaamento entre os critérios de classificação e mensuração utilizados para os instrumentos de proteção (*Mark to Market*) e os itens protegidos (valor justo por meio do resultado), apresentando nas demonstrações contábeis da Companhia o efeito das atividades de gerenciamento de risco pela utilização de instrumentos financeiros para gerenciar exposições que poderiam afetar o resultado.

A designação da relação de proteção entre o instrumento de hedge e o item protegido é formal, no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros de proteção e consistente com os objetivos e a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia. O instrumento de proteção para as 2ª e 3ª séries do CRI foi designado como Hedge de valor justo (Nota Explicativa nº 16). As variações do valor justo dos instrumentos de proteção designados como hedge de valor justo são reconhecidas diretamente no resultado. A Companhia deve descontinuar prospectivamente a contabilização de hedge quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer reequilíbrio da relação de proteção), que são como segue: a) A relação de hedge não atende mais ao objetivo de gerenciamento de risco com base no qual se qualificava para contabilização de hedge (ou seja, a entidade não busca mais esse objetivo de gerenciamento de risco); b) O instrumento de hedge foi vendido/rescindido (em relação ao volume total que fazia parte da relação de proteção); ou, c) Não existe mais relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge ou o efeito do risco de crédito começa a superar as alterações no valor, que resultam dessa relação econômica. O gerenciamento das posições contratadas é monitorado continuamente, a fim de permitir que sejam feitos ajustes nas metas e estratégias em resposta às condições de mercado.

3.4. Contas a receber de clientes

Registradas de acordo com disposições contratuais, acrescidas de atualização monetária e juros incorridos, quando aplicável, em conformidade com as respectivas cláusulas contratuais de reajuste, líquidos de potenciais distratos, perdas esperadas com crédito e de ajuste a valor presente, levando-se em consideração os critérios e procedimentos descritos na Nota Explicativa nº 3.16. A provisão para perda esperada com crédito (risco de crédito) segue o modelo de abordagem simplificada (Nota Explicativa nº 2.5, Item d) e foi estabelecida mediante as políticas internas da Companhia, que considera na definição dos percentuais de perda a base histórica móvel de inadimplência, assim como, as condições atuais e as premissas sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis.

3.5. Imóveis a comercializar

Os imóveis prontos e os em construção, a comercializar, são apresentados ao custo de formação, que não excede o seu valor líquido realizável, sendo este, correspondente ao preço de venda estimado, deduzido dos custos para finalizar o empreendimento (quando aplicável), das despesas de vendas e dos tributos incidentes.

O custo de formação compreende: o custo de aquisição de terrenos que inclui os contratos que envolvem operação de permuta física (avaliados ao valor justo); gastos necessários para aprovação do empreendimento com as autoridades governamentais; gastos com incorporação; gastos de construção relacionados com materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros); e outros custos de construção diretamente atribuíveis, além do custo financeiro incorrido para o financiamento da construção, durante à construção, até à finalização da obra.

Os terrenos adquiridos pela Companhia e suas controladas por meio de permutas de terrenos, com entrega de apartamentos (“permuta física”) são mensurados pelo valor justo, com base no Valor Geral de Vendas - (VGVG) das unidades imobiliárias a serem entregues. A permuta física é reconhecida no momento da assunção dos riscos e a definição do projeto de comercialização, como imóveis a serem vendidos ou alugados, em contrapartida de adiantamento de clientes, no passivo. Os terrenos adquiridos pela Companhia e suas controladas por meio de permutas de terrenos, com valor financeiro a ser pago (“permuta financeira”) são mensurados pelo valor justo, baseado no valor contratual negociado entre as partes, incluído os respectivos encargos de atualização monetária, definidos em contrato. A apropriação dos custos para o resultado das permutas física e financeira, observa os mesmos critérios aplicados ao resultado de incorporação imobiliária (Nota Explicativa nº 3.16).

A classificação entre o circulante e o não circulante é realizada com base na expectativa do lançamento dos empreendimentos imobiliários, revisada periodicamente.

3.6. Investimentos

A valorização dos investimentos, apresentada na data de encerramento das demonstrações contábeis, assim como o reconhecimento dos efeitos sobre o resultado do exercício, são realizados por meio do método de equivalência patrimonial.

3.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens (Nota Explicativa nº 12). Os gastos incorridos com a construção dos estoques de vendas são reconhecidos como ativo imobilizado apenas quando a vida útil econômica estimada para os estoques é superior a 12 meses. A depreciação é linear e conforme a sua vida útil estimada.

Um item do ativo imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do ativo imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos diretamente no resultado. As taxas de depreciação são anualmente revisadas para adequá-las à vida útil estimada.

3.8. Intangível

Adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada.

PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.9. Empréstimos, financiamentos e Certificados de Investimentos Imobiliários – CRI

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido de todos os custos diretamente atribuíveis incorridos na transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Os encargos financeiros incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, nos casos em que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo pelo prazo de até 12 meses após a data de encerramento do exercício; e o passivo não circulante, nos casos em que o prazo de liquidação for superior a 12 meses após a data de encerramento do exercício.

Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI

CRI – objeto de instrumento de hedge

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado em uma relação de hedge, de acordo com o critério de contabilização de hedge (Nota Explicativa nº 15).

Demais CRI

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, pelo método de juros efetivos (Nota Explicativa nº 15).

3.10. Provisão para contingências

A provisão para riscos tributários, civéis e trabalhistas é reconhecida quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente, ou não formalizada como resultado de eventos passados, e seja considerada provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação, observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas e a possibilidade de se estimar o valor com segurança.

Os passivos para os quais o prognóstico de perda é considerado possível (passivo contingente), com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas, não são reconhecidos, no entanto, são divulgados em Nota Explicativa (Nota Explicativa nº 21).

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos para liquidar as obrigações e que incorporem benefícios econômicos e as provisões, quando atendem os critérios de reconhecimento, são constituídas considerando as melhores estimativas do risco envolvido.

3.11. Credores a pagar por aquisição de imóveis e adiantamentos de clientes

Credores a pagar por aquisição de imóveis

Nas operações de aquisições de imóveis, incluindo as permutas financeiras (Nota Explicativa nº 3.5) os compromissos são assumidos para pagamento em espécie, classificados como Credores a pagar por aquisição de terrenos, ou, por meio da entrega de unidades imobiliárias, classificados como Adiantamentos de clientes – permuta física.

Os compromissos contratuais por aquisição de terrenos são reconhecidos, inicialmente pelo valor justo, de acordo com os termos contratuais. Os encargos financeiros incorridos são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado.

Adiantamentos de clientes

Os Adiantantes, que incluem as permutas físicas (Nota Explicativa nº 3.5), representam os valores dos recebimentos por venda de imóveis, superiores aos valores de reconhecimento das receitas, conforme a prática contábil para o resultado de incorporação imobiliária, descrita na Nota Explicativa nº 3.16.

3.12. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas quando os recursos advêm de eventos passados, e que a entidade tenha controle e certeza de que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seus custos ou valores puderem ser mensurados com segurança. Os passivos são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-los. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando suas realizações ou liquidações forem prováveis que ocorram nos próximos 12 meses subsequentes a data de encerramento do exercício e no não circulante, quando superiores ao prazo de 12 meses.

3.13. Imposto de renda e contribuições sociais correntes

As incorporações dos empreendimentos das empresas controladas pela Companhia, estão submetidas ao regime de afetação do patrimônio, nos termos da Lei nº 4.591/1964, para o qual o terreno e as acessões objeto de incorporação imobiliária, bem como os demais bens, direitos e obrigações a ela vinculados, estão apartados do patrimônio do incorporador e constituem patrimônio de afetação, destinado à consecução da incorporação correspondente e à entrega das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes. Dessa forma, as empresas controladas exerceram a opção pelo “Regime Especial de Tributação (RET- Incorporação)” instituído pela Lei 10.931/2004 e que estabelece em caráter opcional e irretirável enquanto perdurarem os direitos de crédito ou obrigações do incorporador perante os adquirentes dos imóveis que compõem a incorporação, o recolhimento mensal do imposto de renda (“IRPJ”); contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”); e contribuições sociais PIS e COFINS, calculadas sobre a receita efetivamente recebida da atividade imobiliária, pela alíquota de 4% (1,92% para IRPJ e CSLL e 2,08% para PIS e COFINS), sendo de 1% (0,47% para IRPJ e CSLL e 0,53% para PIS e COFINS), e para as incorporações de imóveis residenciais que sejam consideradas de interesse social, nos termos da Lei.

Em relação às demais receitas não abrangidas na atividade imobiliária, as provisões para o IRPJ CSLL da Companhia e suas controladas são calculadas de acordo com opção pelo regime de tributação previsto na legislação tributária vigente no país, pelas alíquotas vigentes sobre: i) o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis; e compensado por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados a 30% do lucro real apurado para o exercício; ou ii) lucro presumido, calculado sobre a presunção de lucro baseada na aplicação de percentuais sobre a receita bruta estabelecidas na legislação vigente.

3.14. Impostos e contribuições diferidos

Os tributos diferidos, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, das empresas controladas são calculados sobre às diferenças temporárias entre as bases de ativos e passivos para fins contábeis e as correspondentes bases utilizadas para o cálculo e recolhimento dos tributos.

O IRPJ e a CSLL diferidos calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias da Companhia são reconhecidos quando atendem os critérios de reconhecimento, pelo montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL, calculado com base em dados sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado.

Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço patrimonial quando há o direito legalmente executável de compensar os valores e a intenção de liquidá-los em uma base líquida.

3.15. Ajuste a valor presente de contas a receber e a pagar por aquisições de imóveis e sociedades Contas a receber

O ajuste a valor presente é calculado sobre os saldos de contas a receber de unidades em construção, considerando o prazo estimado até a entrega das chaves. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente é a maior entre: i) a taxa de captação média ponderada dos financiamentos, da Companhia e suas controladas, descontada a inflação; e ii) a taxa efetiva da Nota do Tesouro Nacional da série B – NTN-B, na data de cada contrato.

O ajuste a valor presente, assim como a sua realização, calculados sobre as contas a receber das unidades em construção é reconhecido no resultado na receita líquida.

Contas a pagar por aquisições de imóveis e sociedades

O ajuste a valor presente é calculado sobre os saldos de contas a pagar originados de aquisições de imóveis e de sociedades, destinados a incorporação imobiliária, considerando os prazos definidos em contrato para o pagamento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente é a maior entre: i) a taxa de manutação média ponderada dos financiamentos, da Companhia e suas controladas, descontada a inflação; e ii) a taxa efetiva da Nota do Tesouro Nacional da série B – NTN-B, apurada na data de cada contrato.

3.16. Reconhecimento da receita com venda de imóveis e com a prestação de serviços

i) Apuração do resultado de incorporação imobiliária

a) Venda de unidades concluídas

O reconhecimento da receita é realizado no momento em que é transferido o controle do bem, que ocorre pela efetivação da venda, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual.

b) Vendas de unidades não concluídas (em construção)

A Companhia e suas controladas adotam a NBC TG 47 (IFRS 15) – “Receita de Contrato com Cliente” e orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, que estabelecem, respectivamente, princípios que devem ser aplicados para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente; e procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação sobre venda de unidade imobiliária não concluída, aplicáveis às companhias abertas do setor de incorporação imobiliária.

De acordo com a NBC TG 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes deve ser baseado na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas “obrigações de performance contratuais”.

A Companhia e suas controladas reconhecem os efeitos dos contratos somente quando: (I) as partes aprovam o contrato; (II) puder identificar os direitos de cada parte e os termos de pagamentos estabelecidos; (III) o contrato possuir substância comercial, com clara definição do valor da transação comercial; e (IV) for provável o recebimento da contraprestação que a Companhia tem direito.

Os contratos de venda firmados pela Companhia e suas controladas são predominantemente baseados no modelo de financiamento na planta, voltado principalmente, à população de baixa renda. Nessa modalidade, o cliente assina o “contrato de compra e venda de imóvel na planta” com a incorporadora, bem como, a escritura do imóvel pela fração ideal, já prevendo as condições de pagamento, conforme segue:

(I) Pagamentos direto à incorporadora;

(II) Financiamento bancário;

(III) Vendas próprias do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e

(IV) Eventuais subsídios dos programas habitacionais do governo.

Os valores pagos diretamente à incorporadora (item (I) acima) representam entre 7% e 12% do valor do imóvel, sendo o restante do valor proveniente de financiamento bancário, recursos do FGTS e eventuais subsídios (itens de (II) e (IV) acima), obtido pelo cliente por meio de contrato de financiamento bancário firmado entre o cliente e a instituição financeira (“contrato particular, com caráter de escritura pública”). A liberação da parcela financiada para a incorporadora fica condicionada ao andamento das obras, de acordo com o percentual atestado no Relatório de Acompanhamento Físico da Obra, conforme o cronograma físico-financeiro aprovado pela instituição financeira e monitorado, para fins de liberação das parcelas, por sua área de engenharia.

No momento da assinatura do contrato de financiamento bancário, a titularidade do imóvel é transferida para o cliente, sendo fiduciariamente alienado à respectiva instituição financeira.

Considerando o modelo contratual da Companhia e suas controladas o reconhecimento da receita das vendas de unidades não concluídas, observa os seguintes procedimentos:

• As receitas de vendas são apropriadas ao resultado à medida que a construção avança, uma vez que a transferência do controle ocorre de forma contínua. Desta forma, é adotado o método de reconhecimento denominado Percentual de conclusão “POC”; mensurado pela razão percentual do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos. A receita a ser apropriada é obtida pela multiplicação do percentual (POC) sobre as vendas contratadas;

• O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente atribuíveis à formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não contratadas, o custo incorrido é apresentado no estoque na rubrica “Imóveis a comercializar”;

• Os montantes das receitas de vendas reconhecidos de cada unidade, superiores aos respectivos valores efetivamente recebidos de clientes são apresentados em “Contas a receber”. Os montantes efetivamente recebidos de clientes, correspondentes às vendas de cada unidade, superiores à respectiva receita reconhecida, são apresentados em “Adiantamentos de clientes”.

• As receitas são reconhecidas a partir do momento em que o empreendimento imobiliário lançado não mais estiver sob os efeitos de cláusula suspensiva constante em seu memorial de incorporação;

• Os juros e a variação monetária, incidentes sobre o saldo de contas a receber, assim como o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, são apropriados ao resultado de incorporação e venda de imóveis quando incorridos, obedecendo ao regime de competência dos exercícios “*pro rata temporis*”;

• Os encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e os diretamente associados ao financiamento da construção, são “capitalizados” aos estoques de imóveis a comercializar, e apropriados ao custo incorrido das unidades em construção até a sua conclusão, observando os mesmos critérios de apropriação do custo de incorporação imobiliária na proporção das unidades vendidas em construção;

• O custo incorrido (incluindo a receita e o custo incorrido no resultado. A reversão da receita apropriada é apresentada no “Contas a receber”, enquanto que a reversão do custo incorrido apropriado, é apresentado em “Imóveis a comercializar”. Para os montantes dos adiantamentos recebidos dos clientes a serem devolvidos nos termos dos contratos, é reconhecido um passivo e, eventuais parcelas retidas, ou valores complementares a serem devolvidos são reconhecidos imediatamente no resultado.

• A Provisão para distratos é constituída mediante incertezas identificadas nos fluxos de caixa, correspondentes às vendas contratadas e ainda não repassadas ao sistema financeiro. O ajuste das receitas e dos custos incorridos por meio da provisão para distrato, reflete o grau de confiabilidade relacionado à entrada dos fluxos de caixa a partir do reconhecimento da receita. O cálculo da provisão considera a inadimplência do cliente em relação às parcelas devidas diretamente à incorporadora, assim como, a relação percentual entre unidades distratadas e unidades vendidas de toda a base ativa de contratos não repassados ao sistema financeiro.

ii) Receita com prestação de serviços

A receita com prestação de serviços é reconhecida na medida em que os serviços são prestados e corresponde a administração da construção e consultoria técnica realizada pela Companhia, para as empresas controladas, onde são realizadas as incorporações imobiliárias.



22. Custos e Despesas *Continuação*

Descrição	2024	2023
Custos dos Produtos Vendidos	113.996	130.202
Despesas Adm e Gerais	13.886	22.881
127.882	153.083	

23. Outras Receitas/(despesas) operacionais, líquidas

Descrição	2024	2023
Participação Societária(I)	1.305	1.339
Venda de Imobilizado	604	635
Outras Receitas Operacionais	110	476
2.019	2.450	

(I) Receita de equivalência patrimonial apurada com sua coligada Astória-Pilon Agropecuária Ltda em 31 de dezembro de 2024/2023.

24. Resultado Financeiro

Recursos Financeiras	2024	2023
Juros Ativos	1	1
Descontos Obtidos	7	23
Outros	-	129
8	154	

Despesas Financeiras

2024	2023	
Juros e despesas de financiamento	4	34
Correção monetária pós-fixada	-	3
Despesas Bancárias	32	32
Outros	2	70
36	84	

Resultado Financeiro

25. Instrumentos Financeiros: Gerenciamento de riscos financeiros: Visão Geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco de taxa de juros; • Risco operacional. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas a longo dessas demonstrações contábeis. **Estrutura do gerenciamento de risco:** O Conselho de Administração e a Diretoria têm responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo

financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. A Companhia tem como escopo principal de seu gestão de risco de crédito contratar operadores apenas com instituições financeiras reconhecidas pelo mercado. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeiras e patrimonial de suas contrapartes. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco que a Companhia poderá ter para cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, a liquidez de suas operações para cumprimento de suas obrigações em seus respectivos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Perfil:** Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros com taxas variáveis era concentrado nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. **Instrumentos de taxa fixa:** A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de

juros fixa pelo valor justo por meio do resultado e não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo, portanto uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado. **Instrumento de taxa variável:** A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados a taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para suas demonstrações contábeis. **Risco operacional:** A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por meio de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, com base nas atuais leis e regulamentos em vigor. **26. Compromissos:** **a. Venda de cana-de-açúcar:** A Companhia possui compromissos de venda de cana-de-açúcar com sua coligada J.Pilon S/A açúcar e Alcool. A quantidade de cana-de-açúcar a ser entregue é calculada com base em estimativa de colheita por área geográfica. O valor a ser recebido é realizado por meio da sistemática de pagamento de cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA-SP. **27. Eventos subsequentes:** A administração da companhia não identificou eventos subsequentes à data do balanço que mereçam a sua devida divulgação.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
Aos Acionistas e Administradores **Fazendas Reunidas Pilon S/A - Cerquillo/SP** Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações financeiras da Fazendas Reunidas Pilon S/A (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fazendas Reunidas Pilon S/A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo conselho federal de contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a

evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir o relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser causadas por fraude ou erro e são consideradas

relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre o uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incertezas relevantes em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação a capacidade de con-

tinuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incertezas relevantes, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluímos modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidências de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras das entidades ou atividades de negócios da companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da companhia e, consequentemente pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Cerquillo, 12 de março de 2025.
FSC Auditores Independentes - CRC 2 SP-044615/O-0
Allisson Fernandes De Souza - CRC 1 SP-30823/O-0

Balança Patrimonial (Em MRS)		Demonstração do Resultado (Em MRS)		Demonstração do Fluxo de Caixa (Em MRS)				
	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Ativo								
Ativo Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	32.846	37.062	Receita Operacional Líquida	567.897	558.558	Lucro do exercício	36.312	21.489
Contas a receber	55.540	58.997	Custo dos serviços prestados	(410.938)	(398.622)	Despesa de juros s/ arrendamento CPC6 R2/IFRS 16	3.108	3.249
Clientes	8.383	10.428	Lucro (Prejuízo) Bruto	156.960	159.935	Despesa de depreciação s/ imobilizado	22.536	18.484
Partes relacionadas	63.923	69.426	(Despesa) Operacionais			Despesas de amortização s/ intangível	6.406	7.563
Total de Contas a Receber	121.173	97.573	(Despesa) Administrativas	(63.962)	(50.162)	Impostos e contribuições a recuperar	(2.127)	(5.321)
Estoque	12.172	9.753	(Despesa) Comerciais	(64.873)	(67.970)	Provisão para estoques morosos ou obsoletos	(4.598)	2.082
Impostos a recuperar	3.970	404	Ganho de equivalência patrimonial	2.127	5.321	Provisão para perdas esperadas de créditos e de investimentos	(14)	(520)
Despesas Antecipadas e outros ativos	4.895	4.199	Outras Receitas e (Despesas) Operacionais	40.254	6.093	Despesas financeiras s/ financiamentos e impostos parcelados	598	198
Ativos classificados como mantidos para venda	15.954	27.469	Total Receitas (Despesas) operacionais	(86.544)	(106.718)	Lucro (Prejuízo) do exercício ajustado	84.839	68.836
Total do Ativo Circulante	133.760	148.312	Total (Prejuízo) Operacional, Exceto Resultado Financeiro	70.596	53.218	(Aumento) Redução dos Ativos Operacionais:		
Ativo Não Circulante			Resultado Financeiro Líquido	(18.751)	(24.168)	Contas a receber de clientes e das operações	3.456	(18.618)
Realizável a Longo Prazo	-	-	Resultado Antes dos Impostos	51.755	29.052	Estoque	(2.420)	(862)
Realizável a Longo Prazo	-	-	Recita (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL)			Impostos e contribuições a recuperar	(3.566)	49
Impostos a recuperar	630	630	(Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL) Correntes	(9.037)	-	Depósitos judiciais demais ativos circulantes e não circulante	18.006	1.692
Outras contas a receber	19.561	21.314	(Despesa) Impostos (IRPJ e CSLL) Diferida	(6.406)	(7.563)	Partes relacionadas	2.045	(3.074)
Depósitos judiciais	42.062	46.800	Total de Recita (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL)	(15.443)	(7.563)	Total do (Aumento) Redução dos Ativos Operacionais	17.521	(13.664)
Impostos (IRPJ e CSLL) diferidos ativos	12.668	10.541	Lucro Líquido do Exercício	36.312	21.489	Aumento (Redução) dos Passivos Operacionais:		
Investimento	418.171	389.066	Lucro Líquido do Exercício Integralizado	4.421.050	4.421.050	Fornecedores a pagar a terceiros (nacionais)	(7.897)	8.379
Impobilizado	12.481	8.873	Lucro (Prejuízo) do Exercício por Ação - Expresso em Reais (R\$)	8,21	4,86	Salários, encargos e obrigações sociais	2.033	2.502
Direito de Uso por Arrendamento	17.180	17.180	Resultado Financeiro Líquido	51.755	29.052	Impostos a recolher	(8.759)	(6.92)
Intangível	522.753	494.423	Resultado Antes dos Impostos	51.755	29.052	Partes Relacionadas e Outros passivos	(8.024)	(3.02)
Total do Ativo Não Circulante	522.753	494.423	Recita (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL)			Total do Aumento (Redução) do Passivos Operacionais	(5.129)	6.565
Total do Ativo	656.513	642.735	Recita (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL) Correntes			Total do Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	97.232	61.737
Passivo e Patrimônio Líquido			(Despesa) Impostos (IRPJ e CSLL) Diferida			Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Passivo Circulante			Total de Recita (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL)			Aquisições de imobilizados	(67.423)	(99.628)
Fornecedores a pagar:			Lucro Líquido do Exercício			Baixas de imobilizado p/ aumento de capital (Investidoras)	3.766	-
Terceiros (nacionais)	20.607	28.504	Resultado Financeiro Líquido			Adiantamento/Devolução p/ aumento de capital (Investidoras)	10.695	122.880
Partes relacionadas	15.277	32.588	Resultado Antes dos Impostos			Total do Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimentos	(52.972)	23.253
Empréstimos e financiamentos	35.884	61.072	Recita (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL)			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Arrendamento financeiro - Partes relacionadas	11.100	31.969	Recita (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL) Correntes			Pagamentos de arrendamentos financeiros	(28.462)	(29.242)
Salários, encargos e obrigações sociais	8.378	7.538	Recita (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL) Diferida			Empréstimos e financiamentos tomados	44.000	-
Impostos a recolher, exceto CSLL e IRPJ	25.583	27.530	Total de Recita (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL)			Amortização de empréstimos e financiamentos	(64.013)	(40.079)
Impostos de renda e contribuição social	11.265	13.934	Lucro Líquido do Exercício			Total do Caixa Líquido (Aplicado nas) Atividades de Investimentos	(48.476)	(69.321)
Lucros a Pagar	9.037	-	Resultado Financeiro Líquido			Total do Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.217)	15.669
Adiantamentos Recebidos de clientes	20	20	Resultado Antes dos Impostos			Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa		
Outras contas a pagar	3.775	4.047	Recita (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL)			Saldo do início do Exercício	37.062	21.393
Total do Passivo Circulante	113.002	149.928	Recita (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL) Diferida			Saldo do Final do Exercício	32.846	37.062
Passivo Não Circulante			Total de Recita (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL)			Varição do caixa e equivalentes de caixa no exercício	(4.217)	15.669
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	133.566	122.880	Lucro Líquido do Exercício					
Empréstimos e financiamentos	46.448	45.593	Resultado Financeiro Líquido					
Arrendamento financeiro-Partes Relacionadas	4.716	1.403	Resultado Antes dos Impostos					
Impostos a recolher, exceto IRPJ e CSLL	278	278	Recita (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL)					
Provisão para contingências	10.937	12.788	Recita (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL) Correntes					
Provisão p/ impostos (CSLL e IRPJ) diferidos	103.025	101.357	Recita (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL) Diferida					
Total do Passivo Não Circulante	298.692	284.299	Total de Recita (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL)					
Total do Passivo Circulante e Não Circulante	411.694	434.227	Lucro Líquido do Exercício					
Patrimônio Líquido			Resultado Financeiro Líquido					
Capital social subscrito e integralizado	210.707	210.707	Resultado Antes dos Impostos					
Lucros acumulados	28.428	(7.883)	Recita (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL)					
Ajuste de avaliação patrimonial	5.684	5.684	Recita (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL) Correntes					
Total do Patrimônio Líquido	244.819	208.508	Recita (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL) Diferida					
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	656.513	642.735	Total de Recita (Despesa) de Impostos (IRPJ e CSLL)					

Zanettini, Barossi S/A Indústria e Comércio
CNPJ 61.357.406/0001-10

Relatório da Diretoria
Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. A DIRETORIA

Balança Patrimonial em 31 de Dezembro de 2024 (Em R\$)		Passivo	
	2024	2023	
Ativo			Circulante
Circulante			Fornecedores
Caixa e Equivalente de Caixa	91.027.594,81	59.027.627,89	12.795.457,45
Duplicatas a Receber	13.182.201,89	16.144.595,56	Obrigações Tributárias
Estoque de Produtos	20.378.318,20	24.686.912,21	10.416.634,57
Estoque de Ferramentais	1.217.732,43	19.606.455,56	Obrigações Tributárias - Parceladas
Outros Créditos	4.636.742,20	14.780.928,07	1.509.903,72
Despesas do Exercício Seguinte	90.437,88	302.886,51	Salários a Pagar
Total do Circulante	130.533.027,41	134.549.405,80	1.305.332,01
Não Circulante			Provisão de Férias/Encargos
Realizável a Longo Prazo	670.899,68	407.673,05	5.777.221,46
Investimentos	95.721,45	95.721,45	Provisão p/ PLR
Imobilizado	48.048.448,73	41.096.620,11	1.221.340,00
Intangível	181.474,94	241.485,72	Juros s/ Capital Próprio a Pagar
Total do Não Circulante	48.996.544,80	41.841.500,33	4.828.000,00
Total do Ativo	179.529.572,21	176.390.906,13	Adiantamento de Clientes
			92.407,39
			Despesas a Pagar
			244.560,40
			Empréstimos/Financiamentos
			3.728.395,99
			Total do Circulante
			41.919.252,99
			Não Circulante
			Fornecedores
			830.809,80
			Obrigações Tributárias - Parceladas
			5.662.138,95
			Empréstimos/Financiamentos
			14.313.395,84
			Total do Não Circulante
			20.806.344,59
			Patrimônio Líquido
			Capital Social
			50.000.000,00
			Reserva de Lucros
			66.803.974,63
			Total do Patrimônio Líquido
			116.803.974,63

J. Pilon S/A Açúcar e Alcool

CNPJ nº 47.254.396/0001-67

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.S.as., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Colocamo-nos a inteira disposição de V.S.as. para esclarecimentos que se fizerem necessários. Cerquilha, 31 de dezembro de 2024.

Balanço Patrimonial em 31/12/2024 e 31/12/2023 (Em Milhares de Reais)			
Ativo	Nota Explic.	31/12/2024	31/12/2023
1. Circulante			
1.1 Disponível			
1.1.1 Bens Numerais		11	12
1.1.2 Depósitos Bancários A Vista		2.745	615
1.1.3 Aplicações Financeiras	5	134.364	79.102
		137.120	79.729
1.2 Direitos Realizáveis			
1.2.1 Copersucar Direito Sobre Safra	6	35.078	37.428
1.2.2 Estoque em Poder de 3º	7	100.716	127.390
1.2.3 Estoques	7	6.905	6.144
1.2.4 Títulos a Receber	8	14.483	14.608
1.2.5 Adto Fornecedores	8	21.583	40.740
1.2.6 Impostos Taxas a Recuperar	9	1.305	761
1.2.7 Depósitos a Prazo Fixo		2	2
1.2.8 Despesas Exerc. Seguinte		3.386	11
		180.358	190.812
		317.478	270.541
Total Ativo Circulante			
2. Ativo Não Circulante			
2.1 Realizável a Longo Prazo			
2.1.1. Títulos a Receber		1.480	1.480
2.1.2. Depósito Judicial	10	97.563	72.821
2.1.3. Provisões Diversas		-	916
		99.043	75.217
2.2 Investimentos			
2.2.2 Part. em Outras Empresas	11	44.416	43.450
2.2.2.A em Outras Empresas		5	5
		44.421	43.455
2.3 Imobilizado			
2.3.1 Imobilizado Técnico	12	156.337	149.912
2.3.2 Depreciações Acumuladas		(61.090)	(50.575)
		95.247	90.837
2.4 Intangíveis			
2.4.1 Intangíveis Proprio		428	428
Total do Ativo Não Circulante		239.139	209.937
Total do Ativo		556.617	480.478

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A J.Pilon S/A - Açúcar e Alcool ("Companhia") está localizada na Cidade de Cerquilha-SP, na Fazenda Santa Maria e tem como objeto social a exploração da indústria de açúcar, álcool, e subprodutos da cana-de-açúcar. A Companhia poderá participar de outras companhias controladas no País. A J.Pilon S/A - Açúcar e Alcool é uma cooperada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (Copersucar) a qual transfere diariamente toda a produção de açúcar e álcool. Compete à Cooperativa a comercialização destes produtos, retornando aos cooperados os recursos monetários realizados pelas vendas, operações estas amparadas nas regras do cooperativismo (PN66) e regidas por contratos anuais de comercialização e em regramentos operacionais formalmente definidos em Manual de Safra. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às Normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis):** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações contábeis foram autorizadas pelos Administradores da Companhia em 24 de fevereiro de 2025. Após sua emissão, somente os Acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na Nota Explicativa nº 03. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real (em milhares de Reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações das informações contábeis, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte Nota Explicativa: • Nota Explicativa nº 17 - provisões para contingências - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **2.5. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, tais como valores de corretoras ou serviços de preços são utilizadas para mensurar os ativos justos, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as diferenças entre o nível da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros. **3. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as seguintes políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. **A. Receita operacional:** **i. Venda de produtos:** As receitas de vendas de açúcar e álcool auferidas pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo são apropriadas ao resultado do exercício com base em real, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 05 de setembro de 1986. **B. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e receitas financeiras repassadas pela Cooperativa. As receitas financeiras são reconhecidas no resultado, por meio do Método dos Juros Efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação monetária passiva e despesas financeiras repassadas pela Cooperativa. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, consistem no custo de um ativo qualificado para mensurar o resultado por meio do Método de Juros Efetivos. **C. Benefícios a Empregados:** **i. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de Renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido (CSLL). A despesa com imposto de Renda e Contribuição Social compreende o valor do imposto de renda corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. Os impostos correntes ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Os impostos diferidos ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **e. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em tratê-los em suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseada na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **f. Imobilizado:** **(i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de outros construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma e para a finalidade pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos dentro de outros receitas e despesas operacionais no resultado. Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. O equipamento comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um software é capitalizado como parte daquele equipamento. **(ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciados durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto que não aumente sua vida útil ou mantenha sua capacidade de moagem é reconhecido como despesa. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto

Balanço Patrimonial em 31/12/2024 e 31/12/2023 (Em Milhares de Reais)			
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explic.	31/12/2024	31/12/2023
1. Circulante			
1.1 Fornecedores de Cana	13	23.465	45.676
1.2 Fornecedores Materiais	13	1.769	3.272
1.3 Ordenados e Salários		889	721
1.4 Imp.Taxas e Contr. a Pagar	14	1.527	2.069
1.5 Contas a Pagar	15	3.828	1.241
1.6 Empréstimos Diversos	16	-	186
1.7 Dividendos Obrigatórios a Pagar	15	12.659	1.185
1.8 Prov. Férias/Enc. s/Férias		3.359	3.204
1.9 PROV. IRPJ e Contr. Social	14	2.405	341
Total Passivo Circulante		49.901	57.895
2. Passivo Não Circulante			
2.1 Empréstimos Diversos	16	13.160	14.187
2.2 Prov. Contingência Tribut.	17	97.564	72.821
2.3 Lucros/Dividendos a Pagar	18	20.000	20.000
2.4 Copersucar Adto	19	6.862	7.831
Total Passivo Não Circulante		137.586	114.839
3. Patrimônio Líquido			
3.1 Capital Social		210.000	60.000
3.2 Reserva Legal		17.545	13.014
3.3 Reservas de Lucros		130.467	221.837
3.4 Ajustes de Avaliação Patrimonial		11.118	12.893
Total Patrimônio Líquido		369.130	307.744
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		556.617	480.478

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis. do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o Método Linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Totais não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados de acordo com a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. As taxas médias anuais ponderadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Taxa média (%)
Edifícios	4
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	20

g. Ativos Intangíveis: (i) Ativos Intangíveis: Ativos intangíveis são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. **(ii) Gastos Subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no Método Linear e nas vidas úteis de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **h. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O "Contas a receber de clientes" é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um "Contas a receber de clientes" sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar o instrumento irrevogavelmente um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas - políticas; • Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia. Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios do ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como o custo de contrapartida pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modificam o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor de principal em aberto não seja pago. Os pagamentos de juros não são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda de desreconhecimento é reconhecido no resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são avaliados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o Método de Juros Efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contrapartida paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar os valores em uma base líquida ou de realizar o ativo e o passivo simultaneamente. **(v) Capital social:** As ações são classificadas como patrimônio líquido. **i. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo Método da Equivalência Patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)						
	Capital Social	Reservas Legais	Reservas de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Balanço 31/12/2022	60.000	9.777	193.571	-	10.453	273.801
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	-	(17.052)	-	-	(17.052)
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Coligadas	-	-	-	-	2.440	2.440
Lucro Líquido Exercício	-	-	-	64.740	-	64.740
Destinação do Lucro:						
Transferência para Reserva Legal	-	3.237	(3.237)	-	-	-
Distribuição de Dividendos Obrigatórios aos Acionistas	-	-	-	(16.185)	-	(16.185)
Transferência Para Reservas de Lucros	-	-	45.318	(45.318)	-	-
Saldo Balanço 31/12/2023	60.000	13.014	121.937	(150.000)	12.893	307.744
Aumento de Capital Social	150.000	-	-	-	-	150.000
Distribuição de Dividendos aos Acionistas	-	-	(4.815)	-	-	(4.815)
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Coligadas	-	-	-	-	2.440	2.440
Lucro Líquido Exercício	-	-	-	90.635	-	90.635
Destinação do Lucro:						
Transferência para Reserva Legal	-	4.532	-	(4.532)	-	-
Distribuição de Dividendos Obrigatórios aos Acionistas	-	-	-	(22.659)	-	(22.659)
Transferência para Reservas de Lucros	-	-	63.444	(63.444)	-	-
Ajuste de Saldo	-	-	-	-	-	-
Saldo Balanço 31/12/2024	210.000	17.546	130.466	(150.000)	11.118	369.130

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)				Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)	
Receita Bruta de Vendas	Nota Explic.	31/12/2024	31/12/2023	Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2024 31/12/2023
Vendas		484.773	427.320	Lucro líquido do exercício	90.635 64.740
Deduções (ICMS, IPI, PIS, COFINS)		(42.754)	(32.817)	Ajustado por:	
Receita Líquida de Vendas	22	442.019	394.503	Depreciação	2.933 2.759
Custo Produtos Vendidos	23	(342.402)	(310.680)	Resultado de Equivalência Patrimonial	(6.959) (4.103)
Lucro Bruto	22	99.617	83.823	Perda na Venda de Imobilizado	75 (291)
Despesas Operacionais	24	(78.998)	(50.623)	(=) Lucro líquido ajustado	86.684 63.105
Resultado Operacional	23	(77.229)	(60.412)	Variação de ativo e passivo	
Resultado Financeiro Líquido	25	16.798	10.109	(Aumento) Redução das Contas a Receber	5.473 16.086
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	116.113	84.799	64.999	(Aumento) Redução dos Estoques	26.013 (47.564)
Imposto de Renda	(18.595)	(14.632)	-	(Aumento) Redução de Adiantamento de Fornecedores (17.113)	(571)
Contribuição Social s/Lucro	(6.883)	(5.427)	-	(Aumento) Redução de Impostos e Taxas a Recuperar	(544) 265
Resultado Líquido do Exercício	90.635	64.740	64.740	(Aumento) Redução de Despesas do Exercício Seguinte	(3.375) 1.998
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				(Aumento) Redução de Depósito Judicial	(24.742) (16.356)
Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)				(Redução) Aumento de Fornecedores	(23.714) 16.699
Resultado Líquido do Exercício	90.635				



Continuação

22. Receita Operacional Líquida: A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda de produtos, conforme abertura a seguir:

Descrição	2024	2023
Venda de produtos mercado interno:		
Etanol - Mercado interno	207.677	169.839
Açúcar - Mercado interno	208.897	193.820
Outras vendas	7.679	6.825
424.253	370.484	
Venda de produtos mercado externo:		
Etanol - Mercado externo	10.555	19.142
Açúcar - Mercado externo	49.964	37.694
60.519	56.836	
Receita Bruta	484.772	427.320
(-) Impostos Sobre vendas	(42.753)	(32.817)
Total da receita líquida:	442.019	394.503
23. Custos e Despesas:		
Descrição	2024	2023
Custos dos Produtos Vendidos		
Estoque anterior	127.390	81.429
Insumos e Mat. Secundários a prazo	262.226	308.179
Custo do Pessoal Aplic. Na Produção	15.306	14.700
Encargos Sociais-Previdência Social	4.544	4.223
Encargos Sociais-FGTS	1.363	1.311
Manutenção e Rep. Bens Aplic. Na Produção	30.388	23.108
Depreciação	2.619	2.444
Outros Custos	3.232	2.676
Estoque final	104.666	127.390
Total dos custos dos produtos vendidos	342.402	310.680
Despesas Administrativas e Gerais	2024	2023
Salários e ordenados	8.251	7.850
Encargos sociais s/ folha	3.717	3.430
Gastos gerais c/ pessoal	215	201
Despesas gerais	10.758	9.979
Materiais administrativos	983	766
Impostos, taxas e contribuições	4.031	4.345
Seguros	0	0
Serviços contratados	10.046	6.660
Assistência social	1.819	1.751
Remuneração de dirigentes e encargos	2.649	2.399
Outras despesas	3.125	2.442
Provisão contingência tributária	30.492	20.161
Total das despesas administrativas e gerais	76.086	59.984

24. Outras Receitas/(despesas) operacionais, líquidas

	2024	2023
Outras receitas		
Receita indenizatória IAA (i)	62.157	41.141
Participação Societária	9.351	4.564
Impostos Recuperados	3.877	0
Venda de Imobilizado	1.019	1.000
Dividendos	143	87
Outras receitas operacionais	441	3.905
76.988	50.697	
2024	2023	
Despesas		
Despesas equivalentes indenizatória IAA	80	115
Despesas Copersucar	475	1.156
Participação Societária	2.392	462
Custo bens do imobilizado vendido	178	709
IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - ação de preço (ii)	30.492	20.161
33.617	22.603	
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas	43.371	28.094
(i) São precatórios que representam a liquidação da ação de preços IAA, processo no qual a União foi obrigada a reparar judicialmente os produtores de açúcar e álcool em virtude da fixação, por aquele antigo Órgão, de preços de produtos aos quais deixaram de ser acrescidas os reais índices inflacionários da época, ocasionando severos prejuízos aos produtores. Com a extinção do IAA, em meados de 1990, o setor deixou de ter preços controlados; (ii) Corresponde ao reconhecimento dos encargos tributários sobre a receita indenizatória IAA, que em demanda judicial específica a Companhia questiona as incidências de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre aqueles montantes, vide nota explicativa 20. 25. Resultado Financeiro:		
	2024	2023
Resultados financeiros		
Juros Copersucar	2.942	309
Receitas de aplicações financeiras	14.723	14.593
Descontos obtidos	457	100
18.122	15.002	
2024	2023	
Despesas financeiras		
Juros e despesas de financiamento	381	3.489
Juros Copersucar	724	664
Despesas bancárias	122	89
Outros	97	62
1.324	4.311	
16.798	10.691	

26. Instrumentos Financeiros: Gerenciamento de riscos financeiros: Visão Geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de Liquidez; • Risco de mercado; • Risco de taxa de juros; • Risco operacional. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao Longo dessas demonstrações contábeis. **Estrutura do gerenciamento de risco:** O Conselho de Administração e a Diretoria têm responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento

de risco da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. A Companhia tem como escopo principal de sua gestão de risco de crédito contratar operações apenas com instituições financeiras reconhecidas pelo mercado. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco que a Companhia poderá ter para cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, a liquidez de suas operações para cumprimento de suas obrigações em seus respectivos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2023	2024
Ativos		
Caixas e equivalentes de caixas	79.727	146.606
Contas a receber	14.606	4.470
Adiantamentos a fornecedores	4.470	96.803
Passivos		
Fornecedores de cana e diversos	48.948	14.373
Empréstimos e financiamentos	63.321	2024
Valor contábil	2024	2024
Ativos		
Caixas e equivalentes de caixas	137.120	11.483
Contas a receber	11.583	170.186
Adiantamentos a fornecedores	21.583	2024
Passivos		
Fornecedores de cana e diversos	25.234	13.160
Empréstimos e financiamentos	38.394	2024

Os influxos brutos de entradas/saídas divulgados na tabela acima representam os fluxos de caixa relacionados com passivos financeiros derivativos e não derivativos detidos para efeitos de gestão de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros:** Na data das demonstrações contábeis, o per-

fil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	2024	2023
Ativos financeiros		
Instrumento de taxa fixa	-	-
Caixas e equivalentes de caixa	134.364	79.102
	134.364	79.102
Passivos financeiros		
Instrumento de taxa fixa	-	186
Empréstimos e financiamentos	-	186

Perfil: Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros com taxas variáveis era concentrado nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. **Instrumentos de taxa fixa:** A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado e não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo, portanto uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado. **Instrumento de taxa variável:** A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados a taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para suas demonstrações contábeis. **Risco operacional:** A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por meio de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, com base nas atuais Leis e regulamentos em vigor. **27. Compromissos: a. Compra de cana-de-açúcar:** A Companhia possui compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em estimativa de colheita por área geográfica. O valor a ser pago é realizado por meio da sistemática de pagamento de cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA-SP b. **Fornecimento de açúcar e etanol:** A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, pelo prazo de três anos/safras, sendo o contrato renovado a cada safra. A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo perante a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando, diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, para mercados interno e externo. **28. Eventos subsequentes:** A administração da companhia não identificou eventos subsequentes à data do balanço que mereçam a sua devida divulgação.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
Aos Acionistas e Administradores **J.Pilon S/A - Açúcar e Alcool** - Cerquilha/SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações financeiras da J.Pilon S/A - Açúcar e Alcool (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.Pilon S/A - Açúcar e Alcool em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo conselho federal de contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a

evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir o relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser causadas por fraude ou erro e são consideradas

relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre o uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incertezas relevantes em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação a capacidade de con-

tinuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incertezas relevantes, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluímos modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios da companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da companhia e, consequentemente pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Cerquilha, 12 de março de 2025
Fsc Auditores Independentes - CRC 2 SP-044615/O-0
Allisson Fernandes de Souza - CRC 1 SP-308263/O-0

Congresso aprova novas regras para pagamento de emendas parlamentares

O Congresso Nacional aprovou, na quinta-feira (13), o projeto de resolução que estabelece novas regras para execução das emendas parlamentares que, neste ano, podem chegar a R\$ 52 bilhões de reais. O pagamento das emendas havia sido suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que cobrava mais transparência, eficiência e rastreabilidade do dinheiro público destinado pelos parlamentares. A votação de quinta-feira, em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado, consolida um processo que resultou, na semana passada, na homologação pelo STF, por unanimidade, do plano de trabalho para liberação dos recursos das emendas. O plano foi elaborado, em conjunto, pelo Executivo e Le-

gislativo. As emendas parlamentares representam a parte do Orçamento que tem sua destinação definida de acordo com a indicação de deputados e senadores, que selecionam obras ou serviços públicos que devem receber os recursos, geralmente aplicados nas suas bases eleitorais. Com voto contrário do PSOL e do Novo, o projeto foi aprovado por ampla maioria nas duas Casas, com 361 votos favoráveis e 33 contrários na Câmara dos Deputados e 64 votos favoráveis e três contrários no Senado. O PSOL, que foi o autor da ação no STF que levou à suspensão das emendas, defendeu que o plano de trabalho apresentado manteve a possibilidade de se omitir a autoria do parlamentar

que destinou o recurso, sendo essa uma das críticas do STF à execução das emendas. "É a repaginação do orçamento secreto, contra o qual nós estamos batalhando há anos aqui no Congresso Nacional. O Congresso insiste em, novamente, fazer manobra para manter a irracionalidade para que o povo brasileiro não saiba o que está sendo feito com o dinheiro público, com bilhões de reais", disse a deputada federal Sâmia Bonfim (Psol-SP). Segundo a legenda, o artigo 45-A da resolução aprovada viola o acordo com o STF para identificar os autores das emendas ao atribuir ao líder da bancada a responsabilidade para indicar emendas para as comissões. O relator da proposta, sena-

dor Eduardo Gomes (TO-PL), rebateu as críticas, informando que será possível identificar, em ata, as solicitações de emendas apresentadas pelas lideranças partidárias às comissões, exigência essa que não existia antes. Também na quinta-feira (13), o ministro do STF, Flávio Dino, relator da ação que suspendeu o pagamento das emendas parlamentares, comentou que a solução encontrada para o problema está "longe do ideal". A expressão orçamento secreto se refere a emendas parlamentares que, nos últimos anos, não permitiam, por exemplo, identificar qual parlamentar havia indicado a destinação do dinheiro, nem o beneficiário final da verba pública, entre outras irregularidades.

O impasse sobre a liberação das emendas começou em dezembro de 2022, quando o STF entendeu que as emendas chamadas de RP8 e RP9 – que ficaram conhecidas como orçamento secreto – eram inconstitucionais por falta de transparência no uso do recurso público. Após a decisão, o Congresso Nacional aprovou uma resolução que mudou as regras de distribuição desses recursos alegando cumprir a determinação da Corte. No entanto, o PSOL recorreu ao STF apontando que a ausência de rastreabilidade do dinheiro das emendas continuava em vigor. Em agosto do ano passado, o ministro do STF Flávio Dino determinou a suspensão das emendas, acatando limitar no

PSOL. O ministro também determinou que a Controladoria Geral da União (CGU) auditasse os repasses dos parlamentares por meio das emendas do orçamento secreto. No mês passado, Dino suspendeu emendas para organizações não governamentais (ONGs) devido à falta de transparência. Em dezembro de 2024, Dino bloqueou as transferências de R\$ 4,2 bilhões em emendas de comissão alegando irregularidades. O total previsto para emendas parlamentares no Orçamento de 2025, que ainda não foi aprovado, chega a R\$ 52 bilhões, uma alta em relação a 2024, quando a cifra foi de R\$ 49,2 bilhões. Há 10 anos, em 2014, esse valor era de R\$ 6,1 bilhões. (Agência Brasil)

Solução para orçamento secreto está "muito longe do ideal", diz Dino

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse na quinta-feira (13) que as providências para garantir maior transparência e rastreabilidade às emendas parlamentares sobre o Orçamento federal "estão muito longe do ideal". Dino deu a declaração ao abrir audiência de conciliação sobre outro caso, que trata do plano para o combate a incêndios florestais na Amazônia e no Pantanal. No início da reunião, o ministro citou o avanço para regularizar o chamado "orçamento secreto" como exemplo a ser seguido em qualquer negociação entre os Poderes, sobretudo acer-

ca de "temas estruturais". "Há o diálogo e há decisões que levam a novos diálogos, e assim sucessivamente, para que nós possamos, como houve no orçamento secreto, ter um acúmulo de progressos", frisou Dino. "Mesmo que no caso do orçamento secreto estejamos longe do ideal, ainda muito longe do ideal, mas passos concretos foram dados nesses talvez oito meses, creio eu", afirmou. Ao usar a expressão orçamento secreto, Dino se refere a emendas parlamentares que nos últimos anos não permitiam, por exemplo, identificar qual parlamentar havia indicado a destina-

ção do dinheiro nem o beneficiário final da verba pública, entre outras irregularidades. No fim de 2022, o Supremo declarou o orçamento secreto como inconstitucional e vem determinando providências ao Congresso para garantir a transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares. Ao chegar ao Supremo, no início de 2024, Dino herdou de sua antecessora, a ministra Rosa Weber, uma série de ações sobre o tema. Após denúncias de que os parlamentares seguiam com as mesmas práticas que haviam sido consideradas inconstitucionais, o ministro convocou uma audiência

de conciliação sobre o tema, realizada em agosto do ano passado. Naquele mesmo mês, Dino ordenou o primeiro de diversos bloqueios na liberação e execução de emendas parlamentares pelo governo federal. A atitude gerou um impasse com os congressistas, que passaram a exigir a liberação das quantias previstas no orçamento. Tal impasse durou meses e teve reflexo sobre o Orçamento de 2025, que ainda não foi aprovado diante da insegurança jurídica relativa às emendas. Somente neste mês houve uma proposta de acordo apresentada pelo Congresso e chancelada pelo governo federal

e o Supremo. O entendimento foi homologado por unanimidade pelos ministros da Corte. O próprio Dino tem declarado, contudo, que o Supremo seguirá analisando o atendimento a todos os critérios legais e constitucionais para a proposição e liberação de emendas parlamentares, e não descarta ordenar novos bloqueios se forem constatadas irregularidades. "Já houve a emissão de muitas decisões judiciais e às vezes me perguntam quando vai acabar? Vai acabar quando o processo orçamentário estiver adequado plenamente ao devido processo constitucional que consta do artigo 65

e seguintes da Constituição", afirmou o ministro nesta quinta-feira. Na última terça (11), por exemplo, a Primeira Turma do Supremo tornou réus dois deputados federais e um suplente do PL que foram acusados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de cobrarem propina para direcionarem emendas a determinadas localidades e pessoas. Esse é o primeiro de cerca de 80 casos de corrupção envolvendo emendas parlamentares que tramitam no Supremo Tribunal Federal. O número exato de processos não é conhecido, pois muitos tramitam em sigilo e sob diversas relatorias. (Agência Brasil)

Moraes libera para julgamento denúncia contra Bolsonaro e outros sete

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou na quinta-feira (13) para julgamento a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, o general Braga Netto e mais seis investigados pela trama golpista. Com a liberação da denúncia para julgamento, caberá ao presidente da Primeira Turma do STF,

ministro Cristiano Zanin, marcar a data do julgamento. Os ministros do colegiado vão decidir se Bolsonaro e os demais acusados viram réus e passam a responder a processo criminal na Corte pelos crimes de golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, organização criminosa armada, dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o

patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado. A denúncia que será julgada envolve o núcleo I da investigação sobre a trama golpista, acusado de liberar a tentativa de impedir o terceiro mandato do presidente Luiz Lula da Silva. **Foram denunciados:** Jair Bolsonaro – ex-presidente da República; General Braga Netto (ex-ministro da Casa Civil e vice na cha-

pa de Bolsonaro em 2022); General Augusto Heleno (ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional); Alexandre Ramagem (ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência - Abin); Anderson Torres (ex-ministro da Justiça e ex-secretário de segurança do Distrito Federal); Almir Garnier (ex-comandante da Marinha); Paulo Roberto Nogueira (general do Exército e ex-ministro da Defesa);

Mauro Cid (delator de ex-ajudante de ordens de Bolsonaro). O processo será julgado pela Primeira Turma do Supremo. O colegiado é composto pelo relator da denúncia, Alexandre de Moraes, e os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux. Pelo regimento interno da Corte, cabe às duas turmas do tribunal julgar ações penais.

Como o relator faz parte da Primeira Turma, a acusação será julgada pelo colegiado. Se a maioria dos ministros aceitar a denúncia, Bolsonaro e os outros acusados viram réus e passam a responder a uma ação penal no STF. A data do julgamento ainda não foi definida. Considerando os trâmites legais, o caso pode ser julgado ainda neste primeiro semestre de 2025. (Agência Brasil)

Itaú BBA IRONMAN 70.3 Brasília motiva a comunidade do esporte no DF

A volta de Brasília ao calendário do Circuito Itaú BBA IRONMAN 70.3 é uma das grandes novidades da principal competição de endurance do país em 2025. Afinal, a cidade, um dos berços da modalidade e que marcou a estreia do circuito em 2006, será novamente destaque após 10 anos. E volta ainda mais forte e representativa, reunindo atletas profissionais e amadores do Brasil e do exterior. A etapa de abertura do circuito será no dia 13 de abril, com largada e chegada no Pontão do Lago Sul.

Esse retorno tem movimentado a comunidade do triatlo de Brasília, com competidores de várias gerações festejando essa volta. Gabriella Arruda, advogada de 29 anos, confirma essa condição. “Estamos vendo muitos iniciantes e também veteranos, que chamamos de ‘dinossauros do triatlo’, voltando às provas. Essa energia é contagiante e muito bacana”, afirma. Ela mesma se mostra muito em-



Itaú BBA IRONMAN 70.3 Brasília

polgada e está preparada para participar da etapa. “Fiquei extremamente feliz ao saber que a prova voltaria para Brasília. Tive a oportunidade de acompanhar a edição de 2015, mesmo antes de me envolver com o triatlo, e sempre sonhei em parti-

cipar. Estou ansiosa para cruzar a linha de chegada e realizar esse sonho”, conta Gabi, que fez sua estreia no Itaú BBA IRONMAN 70.3 Rio de Janeiro em 2023.

Além da realização pessoal em competir em casa, ela ainda enca-

ra a prova como preparação para outro sonho: disputar o Itaú BBA IRONMAN Brasil, no dia 1º de junho, em Jurerê Internacional, na cidade de Florianópolis. “Tenho treinado cerca de 15 horas por semana para atingir essa meta. Desde o começo, tenho respeitado a evolução das distâncias, tanto assim que comecei com provas mais curtas para chegar em condições a esse momento”, destaca.

Além de suas práticas esportivas, Gabi compartilha que sua rotina como advogada é desafiadora.

O Itaú BBA IRONMAN 70.3 Brasília é organizado pela Unlimited Sports, com Title Sponsor Itaú BBA, patrocínio do Governo do Estado, Secretaria de Esportes, Track Field, Vivo, La Roche, Dorflex, Etapp, Omint, Arjon; copatrocínio de Dux, Felt, Blue 70, PACCO, Oakberry, Boali e apoio da Tachão Ubatuba, Paçoquita e Sococo. Mais informações no site www.ironmanbrasil.com.br

Copa Mitsubishi começa sua 25ª temporada no próximo sábado

Marca dos três diamantes é, há décadas, uma das principais incentivadoras do esporte à vela no Brasil



Copa Mitsubishi - Circuito Ilhabela de Vela

O próximo dia 15 de março (sábado) promete ser bastante emblemático para o esporte à vela no Brasil. A data marca o início da 25ª temporada da Copa Mitsubishi – Circuito de Vela Oceânica, uma das mais tradicionais e disputadas da modalidade no país.

A competição – que se manteve mesmo diante de muitos desafios como cenários econômicos adversos, mudanças de regras, entre outros – completa 25 anos como o principal campeonato de vela oceânica nacional de longa duração em território nacional.

Promovida desde o início pelo tradicional Yacht Club de Ilhabela, no litoral paulista, a temporada começa com um número bastante considerável de competidores que alinharão suas embarcações em busca de um importante título.

Para Mauro Luis Correia, CEO da HPE Automotores, empresa que representa e fabrica veículos Mitsubishi Motors no Brasil, “é uma honra poder ter a nossa marca como patrocinadora oficial dessa importante competição dentro do esporte à vela no Brasil. A modalidade tem o mesmo DNA de aventura e superação que a Mitsubishi Motors oferece em sua linha de veículos. Por mais um ano, reforçaremos esse estilo de vida que tem muito em comum o nosso mundo”.

Já para o diretor técnico da competição, Carlos Eduardo Sodré, o “Cuca”, o sucesso da categoria é fundamentado em aspectos como um trabalho consistente e persistente de todos os envolvidos na organização da Copa.

“Há 25 anos contamos com parceiros engajados em realizar o melhor a cada etapa e isso vai criando uma relação de confiança com as equipes e com o mercado. Veja, por exemplo, o Yacht Club de Ilhabela foi nossa sede desde a primeira edição. Assim como o grupo Mitsubishi Motors e suas marcas, é o principal patrocinador do Circuito Ilhabela desde sua criação. Da mesma forma, contamos com o apoio da Prefeitura de Ilhabela, que incorporou o evento ao seu calendário oficial”, comenta Cuca.

Ele acrescenta: “tudo isso faz com que tenhamos segurança e previsibilidade para realizar uma competição que, afinal, é longa. São quatro etapas durante um ano, e é preciso criar condições para que uma equipe se sinta incentivada a participar de todas, a fim de ter a chance de conquistar a vitória ao final da temporada”.

Veteranos e a nova geração compõem a frota

Aberta a competidores de todas as idades, a competição é ca-

paz de reunir gerações da mesma família a bordo de um só barco, como no caso dos irmãos Mário Sérgio e Nilton César de Jesus, velejadores experientes que hoje disputam as regatas junto de seus filhos e netos.

Vela de oceano admite velejadores de todos os níveis em condições de igualdade

A vela, como esporte, se divide em “classes” nas quais é possível agrupar veleiros com características diferentes para que possam competir em condições de igualdade entre si.

Cada classe tem regras mais ou menos complexas e cada uma também adota uma fórmula para cálculo do rating de cada veleiro, que não são necessariamente iguais entre si.

Para compensar diferenças de projeto, mastreação, tipos de velas e equipamentos, fazendo com que veleiros diferentes possam competir em condições de igualdade, as classes realizam as chamadas medições.

Literalmente um medidor oficial confere as características dos veleiros e, de acordo com a regra, estabelece um rating. Este rating é um número que baliza o tempo ideal em que um veleiro com as características medidas deve velejar em um determinado tempo de regata. Ao final da regata, o tempo real de chegada é multiplicado por este rating, determinando o tempo corrigido daquele veleiro.

Isso faz com que um grande veleiro de competição, equipado com as mais novas tecnologias possa correr uma regata junto de um veleiro menor, mais antigo e menos equipado. Cada um deles tem o seu próprio rating e condições iguais de vencer a regata.

As classes que compõem a Copa Mitsubishi são:

Classe ORC – São veleiros oceânicos estritamente de competição, desenhados para regata e dotados dos mais moder-

nos equipamentos, não necessariamente iguais entre si, são medidos na mais técnica e detalhada regra da vela mundial.

Classe BRA-RGS – São veleiros oceânicos com características mais de cruzeiro. Não raro possuem equipamentos como cozinha completa, suites, ar-condicionado, enfim, veleiros de pessoas que gostam de conforto e também das regatas, já que para participar de uma, precisam estar medidos dentro da regra RGS.

RGS Cruiser – São veleiros com as mesmas características dos RGS, mas não estão medidos em nenhuma regra. Seus proprietários e equipes são, geralmente, cruzeiristas que esporadicamente disputam regatas.

Classe Clássicos – São veleiros fabricados até o ano de 1980. Geralmente embarcações muito bem cuidadas, não raro com mastreação e casco de madeira, velas originais, equipamentos e características da época de sua construção.

Classe C30 e Classe HPE25 – São veleiros de competição rigorosamente iguais entre si (em cada classe). Usam os mesmos equipamentos e velas. Por isso não tem rating. Aqui o “pega” é mesmo para terminar a regata em primeiro lugar.

Inscrições já estão abertas

As inscrições para a etapa da Copa Mitsubishi - Circuito Ilhabela de Vela já podem ser feitas no site oficial do evento.

1ª Etapa Copa Mitsubishi

15,16 e 22,23 de março

R\$ 185,00 por tripulante

A Copa Mitsubishi - Circuito Ilhabela de Vela tem organização e realização do Yacht Club de Ilhabela, patrocínio da Mitsubishi Motors e copatrocínio da Ar Descarbonize Soluções e apoios da Prefeitura Municipal de Ilhabela, Balaio de Ideias, eventos, Jornal Ancoradouro, Control Service, ABVO e FEVEPS.

Rally Barretos movimentada a Terra do Peão neste final de semana

Neste final de semana – 14 a 16 de março –, a cidade de Barretos (SP) novamente é a anfitriã do Rally Barretos que, em 2025, alcança a sua 15ª edição. Considerado um clássico do rally nacional, o evento terá base no Parque do Peão – palco da famosa Festa do Peão de Boiadeiro. E, como já é tradição, é responsável pela abertura dos campeonatos Brasileiro de Rally Baja (CBM) e Rally Raid (CBA).

São dois dias de disputas com mais de 300 kms e, para valorizar a marca dos 15 anos de Rally Barretos, alguns trechos utilizados nas primeiras edições foram resgatados. De acordo com o diretor geral do evento, Fernando Bentivoglio, o percurso é bem diversificado. “Os participantes vão encontrar vários tipos de

obstáculos: erosões, trial, curvas de nível (lombas), retas com terreno batido – onde vão aproveitar para acelerar fundo. E o cenário também varia um pouco, entre trechos de mata fechada, canaviais, seringa e pastagens de gado. O Rally Barretos é sempre bem completo”, afirma Bentivoglio.

O prefeito da cidade, Odair Silva, se orgulha de apoiar o Rally Barretos. “O Rally Barretos é uma competição de destaque no cenário nacional e traz competidores e visitantes para a nossa região, fortalecendo o turismo e impulsionando a economia local. Estamos comprometidos em apoiar iniciativas que fomentem o desenvolvimento do município e fortaleçam o lazer e entretenimento para a nossa população”, salientou o prefeito.

O público tem livre acesso ao Parque do Peão, para conhecer de perto os pilotos, navegadores e suas máquinas, bem como, toda a movimentação do rally.

E quem também celebra os 15 anos de parceria com o Rally Barretos é o Os Independentes que, segundo o presidente da associação, Jerônimo Luiz Muzeti, reafirma o compromisso em fortalecer, cada vez mais, o Parque do Peão como um polo turístico. “Apoiar e incentivar o Rally Barretos – que se consolidou como uma das principais provas off-road do país – fortalece a nossa tradição em grandes espetáculos”, destaca Muzeti.

Na sexta-feira (14), a programação do 15º Rally Barretos tem início às 9h, com a abertura da

secretaria de prova. É dia das equipes fazerem as vistorias técnicas e administrativas, além do briefing que será realizado na Secretaria de Turismo de Barretos – localizada em frente a uma estação ferroviária antiga, ponto de cultura e visitação. “No briefing, vamos passar as principais informações de horários, percursos e pontos de atenção”, completou Bentivoglio.

A largada oficial é às 10h de sábado (15), sendo que as motos abrem essa disputa, seguidas dos UTVs (às 11h) e carros (às 13h). No domingo (16), tem mais Rally Barretos, com início às 8h. A previsão de encerramento e premiação é às 15h30. As inscrições ainda seguem abertas pelo site www.rallymakers.com.br Foto/ Pedro Henrique

CBAAt convoca 12 atletas para o Mundial Indoor de Nanjing

Atletismo Brasil terá quatro mulheres e oito homens na 20ª edição do evento, que será realizado entre os dias 21 e 23 de março, na China; delegação terá sete atletas olímpicos e caras novas, como a saltadora Regiclécia Cândido da Silva e o velocista Thiago Gobatti



Regiclécia, ouro no salto triplo no Sul-Americano Indoor

A Confederação Brasileira de Atletismo (CBAAt) convocou nesta terça-feira (11/3) a equipe que disputará o Mundial Indoor de Nanjing, na China, entre os dias 21 e 23 de março. Foram chamados 12 atletas – quatro mulheres e oito homens.

O anúncio dos convocados foi realizado por Wlamir Motta Campos, presidente do Conselho de Administração da CBAAt, em transmissão ao vivo pela TV Atletismo Brasil, canal da entidade no YouTube.

“A China já queria ter realizado esse Campeonato Mundial Indoor muitos anos atrás. Mas teve a pandemia e outros problemas. Tenho certeza que será um grande evento. A China, como sempre, faz muitos investimentos, e realiza eventos de excelência. A expectativa é muito grande e proporcional à nossa alegria de podermos, mais uma vez, levar nossos atletas para um Campeonato Mundial”, disse Wlamir.

A delegação brasileira terá uma mescla de atletas experientes – sete dos convocados estiveram nos Jogos Olímpicos de Paris, em 2024 – e caras novas, como a saltadora Regiclécia Cândido da Silva (Pinheiros-SP) e o velocista Thiago Gobatti (AFEA-SP).

Regiclécia, de 23 anos, é treinada por Tânia Moura e brilhou no Sul-Americano Indoor ao fazer seu melhor resultado pessoal (14,17 m), recorde nacional em pista coberta. Thiago Gobatti, de 25 anos, foi a surpresa do Campeonato Brasileiro de Provas Similares ao Indoor, em Bragança Paulista, ao vencer os 60 metros com o tempo de 6.60 (1.7).

A barreiraista Micaela Rosa – que bateu o recorde sul-americano dos 60 metros com barreiras (8.02), posteriormente melhorado por Ketiley Batista (8.00) – e o meiofundista Guilherme Orenhas também são estreantes em campeonatos mundiais de

pista coberta.

O Mundial Indoor de Nanjing seria originalmente em 2020, mas a pandemia de covid-19, iniciada naquele ano, impossibilitou a realização do evento. A competição foi remarcada para março de 2021 e, depois, para março de 2023, sem sucesso.

A World Athletics decidiu então pelo adiamento definitivo para 2025, mantendo o Mundial de Glasgow em 2024. Assim, de forma excepcional, o Mundial Indoor será realizado em três anos consecutivos – em 2026, será em Torun, na Polônia, retomando a sua periodicidade regular a partir de 2028.

O Mundial Indoor de Nanjing é a 20ª edição dos Mundiais em pista coberta – o primeiro foi disputado em 1985, na cidade de Paris. O Brasil conquistou 17 medalhas (cinco de ouro, seis de prata e seis de bronze). Darlan Romani, do arremesso do peso, é o mais recente brasileiro campeão, com o título conquistado no Mundial de Belgrado, em 2022.

As convocadas e os convocados:

Feminino

Ana Carolina Azevedo (Pinheiros-SP) - 60 m; Micaela Rosa de Mello (UCA-SC) - 60 m com barreiras; Ketiley Batista (ASPMP-SP) - 60 m com barreiras; Regiclécia Cândido da Silva (Pinheiros-SP) - salto triplo.

Masculino

Thiago Gobatti (AFEA-SP) - 60 m; Matheus Lima (Pinheiros-SP) - 400 m; Guilherme Orenhas (IABC-SC) - 800 m; Eduardo de Deus (Praia Clube-Exército-Futel-MG) - 60 m com barreiras; Rafael Pereira (AABLU-SC) - 60 m com barreiras; Almir dos Santos (Sogipa-RS) - salto triplo; Wellington Moraes (Pinheiros-SP) - arremesso do peso; José Fernando Ferreira Santana (Praia Clube-Exército-Futel-MG) - heptatlo. As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.